

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

"CONCEITO ESTRATÉGICO DO BRASIL PARA UMA AÇÃO EXTERNA."


Dissertação submetida à Universidade
Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestre em Ci-
ências Humanas - Especialidade Direito.

Carlos José Gevaerd

novembro - 1978

Esta dissertação foi julgada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas - Especialidade Direito e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

ALCIDES ABREU
Professor - Orientador



PAULO HENRIQUE BLASI
Coordenador do Curso de Pós-Graduação

Apresentada perante a banca examinadora dos Professores
ALCIDES ABREU, OSNI DE MEDEIROS RÉGIS e WALDEMIRO CASCAES.

ALCIDES ABREU
Presidente

III

AGRADECIMENTOS

- A minha esposa NOÉMIA pelo sacrifício que lhe impus ao elaborar o presente trabalho.
- Ao Professor ALCIDES ABREU, pelo tirocínio e brilhantismo de sua capacidade, em indicando-me o caminho para a elaboração da presente Dissertação.
- Ao Professor CIRO BARRETO, a quem devo a força motivadora desta tarefa.
- Aos Colegas ELZA MARIA SCHMIDT RAMOS e ÉLIO SOUZA, que comigo colaboraram na montagem final do documento.

RESUMO

Busca o presente trabalho mostrar a posição alcançada econômica e politicamente pelo Brasil no cenário da comunidade mundial, identificando-o como Nação emergente à Potência de Segunda Classe.

Em função de tal desiderato e assentando-se ainda em seu passado histórico de nação pacifista e humanitária, e posição atual, levando-se em conta a sua situação geográfica; a dimensão territorial do País; o seu crescimento populacional e a sua potencialidade econômica, insinuar sua posição de possível líder do bloco das nações que constituem o Terceiro Mundo.

Viabilizar-se-á este equacionamento mediante um modelo integrado, coparticipado, e não apenas recipendiário ou favorecedor exclusivista dos benefícios alcançáveis. Pretende-se exequibilizar o modelo em partindo-se da consolidação interna; estratificação de sua posição no contexto latino-americano e excursão ao continente africano, via países de fala portuguesa para, numa última etapa, alcançar-se a comunidade asiática.

SUMMARY

This work seeks to show the position reached by Brazil, both economically and politically, in the scenery of the world community, identifying it as an emergent country to a 2nd Class Potency.

From this desiderate, and rested upon its historical past as a pacifist and humanitarian nation and the present position, taking into account its geographical situation; the territorial dimensions of the country; its population growth and its economical potentiality, it hereon seeks to insinuate its position as a possible leader of the block of nations which comprise the Third World.

This equation will be made viable through an interacted pattern, co-participated and not only recipient or exclusive favorer of the benefits reached. The intention is to make such pattern executionable having as a starting point the intern consolidation; stratification of its position in the Latin American context and an excursion to the African continent, via portuguese-speaking countries to reach, in a last stage, the Asiatic community.

VI

SUMÁRIO

| | Pág. |
|--|------|
| - <u>RESUMO</u> | IV |
| - <u>SUMMARY</u> | V |
| 1 - <u>INTRODUÇÃO</u> | 1 |
| 2 - <u>BRASIL - REALIDADE POTENCIAL</u> | 7 |
| 2.1. Conceituações econômicas: desenvolvimento x subde- senvolvimento | 8 |
| 2.2. Etapas do desenvolvimento | 14 |
| 2.3. Fatores do desenvolvimento | 18 |
| 2.4. Brasil - realidade potencial | 21 |
| 3 - <u>CONJUNTURA MUNDIAL - ANÁLISE SISTÊMICA</u> | 28 |
| 3.1. Enfoque sistêmico | 29 |
| 3.2. Objetivos totais do sistema | 30 |
| 3.3. O ambiente do sistema | 31 |
| 3.4. Os recursos do sistema | 33 |
| 3.5. Os componentes do sistema | 34 |
| 3.6. A administração do sistema | 36 |
| 4.- <u>BRASIL - POTÊNCIA EMERGENTE</u> | 39 |
| 4.1. Brasil, potência emergente, fruto de um planeja - mento cômico e honesto | 40 |
| 4.2. Ascendência internacional | 47 |
| 4.3. Rumos para a presença e a ação externa | 50 |
| 5 - <u>CONCEITO ESTRATÉGICO DO BRASIL PARA UMA AÇÃO EXTERNA</u> . | 51 |
| 5.1. Projeção das necessidades básicas do País e enun- ciação dos óbices | 52 |
| 5.2. Avaliação e capacidade do Poder Nacional | 58 |
| 5.3. Interpretação e definição política dos problemas nacionais | 67 |
| 5.4. Medidas de fortalecimento do Poder Nacional para a ação externa | 75 |
| 6 - <u>ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA A AÇÃO EXTERNA</u> | 88 |
| 6.1. Necessidades de novo modelo de ação | 89 |
| 6.2. Áreas estratégicas para a ação externa | 96 |
| 6.2.1. A América Latina | 96 |
| 6.2.2. O Continente Africano | 100 |
| 6.2.3. O Continente Asiático | 102 |
| - <u>BIBLIOGRAFIA</u> | 109 |
| - <u>QUADROS</u> | 103 |

VII

QUADROS

| | Pág. |
|--|------|
| I BRASIL - evolução da economia - produção setorial - 1967/1976 | 103 |
| II BRASIL - evolução da economia - população / PIB / PIB "per capita" - 1967/1976 | 104 |
| III MUNDO - evolução do PIB - 1970/1971 | 105 |
| IV EXPORTAÇÕES MUNDIAIS (FOB) - 1976 | 106 |
| V IMPORTAÇÕES MUNDIAIS (CIF) - 1976 | 107 |
| VI BRASIL - evolução da economia - endividamento ex- terno / reservas internacionais | 108 |

INTRODUÇÃO

Ao Brasil se reserva, no mundo de hoje, especial papel no contexto das nações civilizadas. No momento em que os países do TERCEIRO MUNDO - caracterizando-se como sendo aqueles que se libertam de séculos de espoliações imperialistas e colonialistas - buscam um modelo inovado que não os atrele aos já desgastados esquemas "capitalista internacional" ou "socialista marxista", surge o Brasil, com o seu pragmatismo filosófico, com a capacidade de empunhar uma bandeira libertadora diante de seu posicionamento como potência emergente.

Sua condição histórica, similar ao do terceiro-mundista, além da tradição pacifista do seu governo e da índole aberta de seu povo, esta, fruto de uma miscigenação étnica perfeita, emprestam-lhe condições psicológicas altamente favoráveis a esse desiderato.

Num mundo de recursos materiais em exaustão, suas características territoriais e continentais - com largos espaços vazios e um potencial apreciável de terras agriculturáveis, bem como sua extensa orla marítima, que lhe dá condições de apropriação e exploração do mar territorial das 200 milhas - reservam-lhe papel de destaque num futuro que se afigura bem próximo.

Ao assimilar, tanto por transferência quanto por inovação, tecnologias internacionais nos seus níveis os mais avançados, equacionados às suas condições típicas de país tropical, outorga-lhe um novo ferramental em relação àqueles países, os quais, como ele, em sua maioria, localizam-se na mesma região climática.

Não bastassem tais acervos, restar-lhe-ia, ainda, um contingente populacional de mais de 110 milhões * de habitantes predominantemente jovens, que devidamente treinados e qualificados, poderão consolidar as perspectivas históricas

(*) População estimada 1977 - 113.208-500 - ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - Fundação IBGE - 1977:85

do país, quer em termos nacionais quer em termos internacionais.

Especial ação deverá empreender a nação brasileira em direção ao continente negro, em se valendo da ÁFRICA SUBSAARICA de expressão portuguesa, dadas as características peculiares que aproximam essas duas regiões, uma vez que se mostra consolidável a posição do Brasil no contexto latino-americano. Obtidos os primeiros resultados com a experiência africana estender-se-á o modelo, se exitoso, ao restante daquele continente e seus objetivos poderão ser levados até o continente asiático.

Pretende o presente trabalho tipificar os anseios dos países do TERCEIRO MUNDO; enquadrar o Brasil como potência emergente; demonstrar a colimação do esforço interno por meio de técnicas de planejamento e tornar exequível a presença nacional para preencher o hiato político que é internacionalmente perceptível em relação às duas superpotências do globo - os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE e a UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS.

O escopo deste trabalho, portanto, será o de oferecer uma infra-estrutura político-econômica para o PROJETO ÁFRICA, cognome da concepção altamente altruística do Professor ALCIDES ABREU, identificada pela formulação de um

PROGRAMA BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS DA ÁFRICA SUBSAÁRICA, ESPECIALMENTE DOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA.

Sintonizar-se-á, portanto, a presente DISSERTAÇÃO, com os demais módulos concebidos configurando-se-lhe, pertinentemente, uma grande unidade de PROJETO INTEGRADO.

Para que melhor se posicione o leitor serão transcritos a seguir, sequencialmente, os onze módulos que deverão compor o documento final.

1. MODELO

Estudo teórico dos modelos. Aplicabilidade dos modelos nas ciências sociais. Modelo político. Modelo de ação política. Modelo político-externo. Modelo de ação política externa.

2. CONCEITO ESTRATÉGICO DO BRASIL PARA UMA AÇÃO EXTERNA

Projeção das necessidades básicas do país. Enunciação dos óbices. Avaliação da capacidade do Poder Nacional. Interpretação e definição política dos problemas nacionais. Rumos para a presença e a ação externas. Áreas estratégicas para a ação externa. Medidas de fortalecimento do Poder Nacional para a ação externa.

3. O ESPAÇO BRASILEIRO (POLÍTICO, ECONÔMICO, CULTURAL, DE SEGURANÇA)

Crescimento para dentro e para fora: consequências. Até onde vão os interesses brasileiros. Os círculos da presença e da expansão. América Latina. África. Europa. Atlântico e Índico.

4. OS MODELOS DE AÇÃO EXTERNA

Modelos multilaterais. Modelos intergovernamentais. Modelos supranacionais. Modelos unilaterais. Modelos significativos: USA, URSS, Japão, França e Canadá. Os modelos do terceiro Mundo: OPEP. Não alinhados. Os multinacionais.

5. AS FORMAS CONCRETAS DA AÇÃO EXTERNA

Formas de cooperação (ajuda, comércio internacional e financiamentos). Instrumentos de cooperação. Formas de pressão (ideologias, violência, "boycot", isolamento, marginalização e outras). A ajuda multilateral e bilateral. O voluntariado para a ajuda.

6. O ENTENDIMENTO DA ÁFRICA

Significado estratégico do Continente Africano para o Mundo e o Brasil, em particular. Perspectivas africanas. O mundo visto da ÁFRICA; o "back-ground" africano para a presença e a ação brasileira: demografia, ecologia, economia, política, cultura, segurança. Organizações africanas.

7. O ENTENDIMENTO DA ÁFRICA DE EXPRESSÃO PORTUGUESA

Significado estratégico da África de Expressão Portuguesa para o Brasil. Demografia, ecologia, economia, política e cultura da África de Expressão Portuguesa. A independência da África Portuguesa.

8. O ATLÂNTICO SUL

O Atlântico Sul como espaço estratégico-político. Envolvimento brasileiro na definição e consolidação deste espaço: implicações da ação e da inatividade. Pragmatismo, convivência pacífica, "détente". Compromissos brasileiros com um estilo democrático e liberal de vida.

9. BALANÇO DA PRESENÇA E AÇÃO EXTERNA DO BRASIL

Diplomacia brasileira: aspectos qualiquantitativos. A organização da diplomacia brasileira. Modo brasileiro de atuação externa. Planos, programas e projetos em curso. Avaliação da presença diplomática na África. Ação brasileira no Continente Africano e, particularmente, na África de Expressão Portuguesa.

10. BALANÇO DA PRESENÇA E AÇÃO MUNDIAL NA ÁFRICA SUBSAÁRICA

A presença da Europa, França, Inglaterra, Bélgica. A "intromissão" da China, da URSS, dos USA. Programas multinacionais e nacionais de ajuda aos países da África Subsaária. Os modelos da ONU, OEA e outros.

11. O MODELO BRASILEIRO PARA A PRESENÇA E AÇÃO NA ÁFRICA SUBSAÁRICA

Ação ou inação? Componentes do modelo (demográficos, ecológicos, econômicos, políticos, culturais e de segurança). Formas de presença e de ação. Planejamentos e orçamentos.

BRASIL - REALIDADE POTENCIAL

2.1. CONCEITUAÇÃO ECONÔMICA: DESENVOLVIMENTO X SUBDESENVOLVIMENTO

O enfoque macroeconômico, idealizado por JOHN MAYNARD KEYNES, na década de 1930, permite-nos, nos dias atuais, objetivas comparações à níveis internacionais, com a utilização de determinados parâmetros econômicos, por ele denominados de agregados (RENDA, PRODUTO, CONSUMO e outros), quantificáveis através de procedimentos de mensuração, oferecidos pela técnica de CONTABILIDADE NACIONAL.

A utilização dos princípios básicos da técnica keynesiana permitiu a FRANKLIN DELANO ROOSEVELT, em 1936, através do seu programa de governo, denominado "NEW DEAL", revitalizar o sistema capitalista norte-americano, tornando ainda mais importante a análise do crescimento econômico, diante do acirramento do enfoque decorrente da dicotomia ideológica, então afluída e que, por muito tempo, manifestou os interesses do quadro político-econômico mundial.

A busca, pelo homem, de novas perspectivas tem enfatizado a necessidade de oferecer uma interação entre a fenomenologia econômica e as conjunturas social, política e tecnológica para que sejam diagnosticados, precisamente, os diferentes estágios de "bem-estar" e, conseqüentemente, sejam equacionadas as diretrizes que possibilitem que sejam ultrapassados os desequilíbrios e desajustamentos identificados.

A tônica dominante na sociedade humana é a preocupação de enquadrar os países do mundo como reveladores de conjunturas DESENVOLVIDAS ou SUBDESENVOLVIDAS, ou ainda, subestágios decorrentes dessas conjunturas (PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO; PAÍSES ESTAGNADOS; etc.). Assim sendo, "a primeira vista, parecerá que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento sejam etapas distintas de um mesmo processo, cuja dife-

rença fundamental se estriba no maior ou menor poder econômico obtido" (1), isto é, na possibilidade de produzir-se e ofertar-se maiores quantidades físicas de bens e serviços.

Embora de certa forma se correlacionem, apresentam-se, os citados conceitos - DESENVOLVIMENTO e SUBDESENVOLVIMENTO-, como perfeitamente diferenciados. Ainda segundo os citados autores revela-se o subdesenvolvimento como "uma situação, um estado ou condição específica, singularizada por uma grande quantidade de elementos tanto econômicos como sociais que, ao se juntarem, formam uma característica estrutura econômico-social" (2). Já o desenvolvimento apresenta-se como sendo "um processo, isto é, uma sucessão de mudanças que alteram o ritmo e a estrutura de um dado sistema, ativando suas potencialidades criadoras e ampliando os resultados concretos da produção" (3).

Cabe, portanto, dar-se ênfase, inicialmente, aos conceitos que serão abordados para ter-se uma exata compreensão do posicionamento a ser intentado: BRASIL - REALIDADE POTENCIAL.

Para NILSON HOLANDA, deve-se entender DESENVOLVIMENTO "como um processo de mudança social global, com implicações não apenas econômicas, como também políticas, sociológicas e culturais" (4). E, a partir de um ponto de vista estritamente econômico, assim conceitua desenvolvimento o referido autor:

(1) PINTO, Anibal e FREDES, Carlos. Curso de Economia - Elementos de Teoria Econômica. Rio de Janeiro (FJ), FORUM Editora, Maio 1970 : 107.

(2) Op. citada: 107

(3) Op. citada: 107

(4) HOLANDA, Antônio Nilson. Elaboração e Avaliação de Projetos. São Paulo (SP), APEC Editora S.A., 1969: 14

"um processo de transformação estrutural e de longo prazo, no sistema econômico, decorrente do aumento dos fatores disponíveis e/ou de sua melhor utilização, tendo como resultado final a elevação da renda real 'per capita' da comunidade e, em consequência, a melhoria dos níveis de consumo e bem-estar de sua população" (5).

Admitindo-se na estrutura de um sistema econômico a existência de três constelações básicas de elementos constitutivos - estoques de fatores, agentes produtivos e unidades produtoras - encontra HOLANDA as raízes explicativas do subdesenvolvimento nas seguintes condicionantes básicas:

- a) "suprimento escasso de fatores, notadamente o fator capital;
- b) desperdício e má utilização dos recursos existentes por condições tecnológicas e sociais adversas;
- c) debilidade e falta de dinamismo do setor empresarial, ou do Governo dentro de suas funções produtivas" (6).

Para BRESSER PEREIRA, DESENVOLVIMENTO "é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações" (7)

(4) HOLANDA, Antônio Nilson. *Elaboração e Avaliação de Projetos*. São Paulo (SP), APEC Editora S.A., 1969: 14.

(5) Opus citada: 14

(6) Opus citada: 13

(7) BRESSER PEREIRA, L.C. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo (SP), Editora Brasiliense S.A., 1970 : 21.

(O grifo é do autor da DISSERTAÇÃO).

Enfatiza BRESSER não ter sentido falar-se em desenvolvimento estritamente econômico realçando, dessa forma, o caráter de participação no bem comum para que uma sociedade, efetivamente, usufrua de melhores níveis de bem-estar.

PINTO FERREIRA, restringindo-se a uma colocação que realça o aspecto econômico, preceitua DESENVOLVIMENTO como "sendo a passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial, com o aumento da renda 'per capita' e as consequências de mudanças de atitudes daí decorrentes". (8).

É nítida a influência de W.W. ROSTOW sobre o insigne constitucionalista.

HÉLIO JAGUARIBE prefere examinar o contexto admitindo DESENVOLVIMENTO tanto como processo quanto projeto. No primeiro caso busca expender sua conceituação para o termo utilizado e, em relação ao segundo, a forma em que tal escopo poderia ser alcançado. Neste caso, portanto, preocupa-se com o planejamento. Buscando sua conceituação para "desenvolvimento", encontramos-la da seguinte forma:

"O desenvolvimento é um processo social global, só admitido por facilidade metodológica, ou em seu sentido parcial, se podendo falar de desenvolvimento econômico, político, cultural e social".(9).

(O grifo é do autor da DISSERTAÇÃO).

Conceitualmente, entende JAGUARIBE ser desenvolvimento um processo eminentemente global e carecer desta forma, para

(8) PINTO FERREIRA, Luiz. Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno. São Paulo (SP), Editora Revista dos Tribunais Ltda., Junho, 1971, Volume II: 252.

(9) JAGUARIBE, Hélio, Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Político. Rio de JANEIRO (RJ), Editora Paz e Terra S.A., 1972: 13

que se cristalice, de evoluções progressivas; não apenas econômicas, mas também políticas, culturais e sociais. E melhor explicitando sua colocação, revela ele ser o desenvolvimento, como idéia, distinto e, de certa forma, oposto à ilustração presentemente aceita como progresso. Neste sentido defende ser o desenvolvimento, em termos conceituais, como "a explicação da virtualização pre-existente no processo histórico-social". E arremata dizendo serem "essas virtualidades os modos de exercício da racionalidade" (10).

Em consenso geral, verifica-se que ao "estado de coisas" poderíamos chamar de SUBDESENVOLVIMENTO e, ao processo capaz de transferir tal estágio para o estágio superior, de DESENVOLVIMENTO. É preciso lembrar, ainda, conforme acentuam ANÍBAL PINTO e CARLOS FREDES, que

- a) "a passagem de uma situação de subdesenvolvimento para um processo de desenvolvimento não é de caráter automático que dependa, principalmente, do correr do tempo;
- b) a permanência das estruturas econômicas e sociais que caracterizam o subdesenvolvimento, quaisquer que sejam as modificações superficiais que se introduzam no sistema, tende a acentuar cada vez mais este estado;
- c) Não é possível conceber o desenvolvimento sem que, precisamente, se alterem profundamente as estruturas do subdesenvolvimento" (11). (os grifos são do autor da DISSERTAÇÃO).

(10) Op. citada: 16

(11) Op. citada: 107/108

Além da circunstância inicialmente explicitada para ca racterizar uma maior conscientização da sociedade moderna para a problemática do desenvolvimento, lúcido será deixar aflo- rar, nesta passagem, outras conjunturas mundiais que explicam a diferença essencial entre o século atual e as gerações ante- riores. Entre essas, poder-se-á citar, em se utilizando do ex- posto por JOSÉ ARTHUR RIOS, as seguintes:

- a) impacto do progresso técnico e do científico;
- b) crescimento desigual da população mundial;
- c) mudanças introduzidas no sistema clássico de rela- ções internacionais;
- d) substituição de regimes da democracia liberal para formas totalitárias ou democráticas de massa, ca- racterizadas pelo predomínio do executivo sobre o legislativo;
- e) movimentos emancipadores das soberanias nacionais de os grilhões imperialistas e colonialistas que vi- geram até alguns quinquênios atrás.

Concluindo esta introdução expender-se-á uma conscien- tização de que A PROBLEMÁTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO reside tanto na necessidade de um exato e preciso diagnóstico da rea- lidade atual (estado de coisas), quanto da definição das dire- trizes racionais que possam exequibilizar tomadas de posições que suscitem a implantação e a conseqüente implementação de um processo que revolucione as estruturas atuais, ensejando progressos econômicos, tecnológicos, políticos e sociais (de- senvolvimento).

2.2. ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

"As economias nacionais procuram não só manter-se equilibradas em suas atividades mas, também, fazer com que as suas atividades melhorem em quantidade e qualidade. A finalidade é elevar a Renda Nacional, para que a sua população tenha melhor vida". CARLOS GALVES (12)

Os parâmetros sociais e econômicos permitem, presente-mente, que sejam diagnosticadas populações a viverem em diferentes níveis de bem-estar. Sendo o desenvolvimento um processo, lícito seria esperar-se essa circunstância já que ela reflete uma implantação progressiva e, conseqüentemente, estágios diferentes de implementação. Quem mais se aprofundou em tal dinâmica comparativa nas nações foi W. W. ROSTOW que, em relação ao estágio econômico alcançado pelas sociedades humanas, inferiu existirem cinco etapas que definem o caminho do processo do desenvolvimento, 1a) a da sociedade tradicional; 2a) a das pré-condições para o arranco; 3a) a do arranco; 4a) a da marcha para a maturidade; e 5a) a do consumo em massa. (13)

Pormenorizando-as devidamente:

- a) etapa da sociedade tradicional - predominância da agricultura, que absorve mais de 75% de mão-de-obra, com tecnologia incipiente e sem alcançar, jamais, níveis ótimos de produtividade; inexistência de investimento líquido;

(12) GALVES, Carlos. Manual de Economia Política Atual. Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1972:397

(13) Vide ROSTOW, W.W. "The Process of Economic Growth". Oxford, Clarendon Press, 1960, 2a. edição: 307 a seguintes.

- b) etapa de pré-condições para o arranco - início do processo de desenvolvimento, caracterizado por uma mudança de mentalidade decorrente da ação de grandes personalidades, que passam a demonstrar a exequibilidade da aplicação do conhecimento das ciências no desenvolvimento da economia. O investimento líquido já alcança 5% do produto;
- c) etapa do arranco - é ela a porta de entrada para uma sociedade do tipo moderno. Surge uma mentalidade jovem; marginaliza-se o ranço dos velhos quadros, que se opõem ao progresso. Imprime-se nova mentalidade ao poder público. A expansão industrial faz aparecer novas fábricas e novos serviços enquanto que o investimento líquido já alcança 10% do volume de bens e serviços gerados;
- d) etapa da marcha para a maturidade - caracterizada pela convicção e consciência nacional no plano da economia. A todos os setores de atividade são levadas novas técnicas de transformação. A produção ultrapassa o aumento da população; o país assume uma posição internacional segura, e o investimento líquido oscila entre 10% até 20% da renda nacional;
- e) etapa do consumo em massa - aparece como sendo a era do consumidor, isto é, a poupança econômica é aplicada, sobretudo, na produção de bens duráveis de consumo e em serviços. Atende-se em quantidades crescentes aos níveis de necessidades secundárias e mantém-se níveis elevados de investimento líquido.

O trabalho analítico e crítico de ROSTOW deve constituir-se no roteiro básico para sociedades nos estágios inferiores ou intermediários, a fim de que sejam agilizados seus pertinentes processos de desenvolvimento econômico.

Já para KARL MARX, um dos expoentes da ideologia comunista, o desenvolvimento econômico do mundo moderno passa, inexoravelmente, por três patamares distintos, 1º) o capitalismo; 2º) o socialismo; e, 3º) o comunismo.

a) Capitalismo - MARX caracteriza-o como revelador de um sistema no qual os fatores de produção, pertencentes à iniciativa privada, permitem o surgimento de classes dominantes capitalistas pela concentração do poder econômico. Como resultado da espoliação das massas trabalhadoras (espoliação dessa, de sua "mais valia"), estas sublevam-se e, em movimentos revolucionários tomam o Poder Público implantando a Ditadura do proletariado;

b) Socialismo - caracterizado por quatro etapas distintas:

b.1) a ditadura do proletariado - etapa que permite o afastamento dos opositores do poder operário e assegura a eliminação definitiva da classe capitalista (ou burguesa);

b.2) a estatização dos meios de produção - na qual se assegura a eliminação da exploração de o trabalhador, já que se entrega ao Estado a plnificação de toda a vida econômica;

b.3) o totalitarismo sobre a vida individual e social - que equivale ao disciplinamento pelo Estado de toda vida, individual e social;

- b.4) o cosmopolitismo - que é a expressão da vinculação primeira de todos os homens ao ideal socialista, devendo ser propagada sua implantação por todo o mundo, impedindo-se o surgimento de outros movimentos que possam substituí-lo ou enfraquecê-lo.
- c) Comunismo - embora não perfeitamente delineado por MARX, caracterizar-se-ia como sendo propiciador da existência de uma sociedade sem luta de classes, com a abundância reinando em todos os setores e na qual desapareceria o Estado, por inútil, já que a conduta humana revelar-se-ia irrepreensível.

No contexto democrático, face à revitalização do sistema econômico capitalista pela adoção da TEORIA MACROECONÔMICA de JOHN MAYNARD KEYNES, pode-se distinguir duas etapas perfeitamente distintas entre si, dicotomizadas em função específica do trabalho daquele cientista social.

- a) Modelo liberal - nascido na Escola fisiocrata do "laissez faire, laissez passer" e consubstanciada no "Wealth of Nations" de ADAM SMITH.
- Caracteriza-se, fundamentalmente, pela trilogia clássica:
- a.1) propriedade privada dos fatores de produção;
 - a.2) liberdade de opção;
 - a.3) marginalização do Estado do procedimento econômico;
- b) Modelo democrático - no qual o interesse individual pode ser preterido pelo interesse social, e que se evidencia pela participação crescente do Estado na normatização da vida econômica. Mantém-se, tanto quanto pos

sível, a propriedade privada quanto aos fatores de produção.

2.3. FATORES DO DESENVOLVIMENTO

Consoante JOSÉ ARTHUR RIOS, "os fatores decisivos no processo de desenvolvimento são os recursos físicos (naturais), os tecnológicos e os humanos". (14)

Para L. J. LEBRET, "a situação de desenvolvimento de cada país ou região pode ser aferida por dois tipos de indicadores:

- a) preferenciais de situação - que revelam as características dos níveis e padrões de vida de uma população e também as formas como esta população se estrutura e se organiza para viver (ex.: índices de natalidade, mortalidade infantil, etc.); e
- b) disponibilidades e tendências - que revelam as características de evolução dos níveis de vida e das estruturas econômicas (ex.: densidade por habitante das redes de transportes e de comunicações; a força de trabalho, as poupanças e/ou investimentos por habitantes, etc.)" (15).

Caracterizando-se um sistema subdesenvolvido como sendo um estágio ou um patamar, pode-se utilizar uma série de parâmetros para diagnosticar-se a conjuntura existente e, catalogando-o na classificação que lhe é própria, compará-lo com es

(14) RIOS, José Arthur. Estudos de Problemas Brasileiros.

Coordenação do Pe. LEME LOPES, S.J. Rio de Janeiro (RJ), Editora RENES, 1971: 224.

(15) LEBRET, L. J. "Dynamique Concrète du Developpment.

Contre La Faim". Paris (France), Economie et Humanisme - Les Editions Ouvrières, 1961: 65/66.

tágios que já implementaram seus respectivos processos de desenvolvimento. De uma maneira geral, os países são distribuídos em duas categorias básicas de conjunturas - os subdesenvolvidos e os desenvolvidos.

Igualmente, em função daqueles parâmetros, poderão ser reveladas "certas barreiras ao desenvolvimento, que, da mesma forma, servem para aferir-se o estágio de subdesenvolvimento:

- 1) baixa renda 'per capita';
- 2) subalimentação de uma parte importante da população e amplitude de doenças em massa;
- 3) agricultura primitiva, não mecanizada;
- 4) baixa densidade de infra-estrutura;
- 5) fraca industrialização;
- 6) analfabetismo;
- 7) insuficiência de quadros científicos e técnicos;
- 8) predominância do setor agrícola e da população rural;
- 9) poupança escassa e, conseqüentemente, pouco investimento e capital; e
- 10) alta fecundidade, comparada à exigüidade do mercado de trabalho". (16)

ANÍBAL PINTO e CARLOS FREDES afirmam que para aquilatar-se o estágio de uma determinado sistema é necessário que se empreenda um estudo aprofundado, chegando-se não somente ao diagnóstico econômico como, também, ao de natureza social.

Muitos autores preferem, com total infelicidade, classificar os países como desenvolvidos ou subdesenvolvidos, baseando-se exclusivamente em suas correspondentes rendas "per capita" nacionais. Por tratar-se de um quociente médio, não poderá essa, isoladamente, basear cientificamente qualquer esquematização comparativa, sob pena de induzir a erros crassos. Entretanto,

(16) Op. citada: 225/226

seu uso, se acoplado a outros indicadores sociais e econômicos, poderá revelar sua utilidade excepcional e, talvez, ser a forma mais correta de equacionarem-se os níveis dos estágios já alcançados pelos diferentes sistemas.

Convém lembrar-se, outrossim, do recém-adotado critério econômico x lazer-social com o qual mensura-se os estágios de bem-estar, como têm sido introduzidos na sociedade norte-americana, o qual PAUL A. SAMUELSON denominou de BEL 'per capita' (bem estar econômico líquido). Ao referir-se criticamente aos métodos tradicionalmente empregados para tal propósito, assim expressou-se SAMUELSON:

"Dois economistas de Yale, WILLIAM NORDHAUS e JAMES TOBIN, acreditando que o bem-estar econômico é demasiadamente importante para ser deixado por conta dos estatísticos ou dos não-estatísticos, tentaram corrigir os tradicionais números relativos ao Produto Nacional Bruto (PNB) para incluir uma margem relativa às desamenidades da vida insana moderna, ao maior lazer agora gozado pelo público, ao trabalho caseiro das esposas, que é ignorado pelo estatístico do PNB, e a vários outros agentes". (17)

É preciso não esquecer-se que no processo de "demarrage" do desenvolvimento também é preciso, de outro lado, levar-se em consideração as implicações e conotações de ordem político-administrativa, pois que elas revelam as próprias diretrizes legais

(17) SAMUELSON, Paul A. Introdução à Análise Econômica. Rio de Janeiro (RJ), Livraria AGIR Editora, Volume I, 8a. Edição, 1975: 5.

para que seja conseguida a cristalização dos objetivos perseguidos. A esse respeito, é de todo oportuno que se transcreva o seguinte texto do renomado mestre CARLOS GALVES:

"A ordem jurídica e o desenvolvimento - O que mantém a situação de subdesenvolvimento não é só uma tradição e uma rotina. São, também, as leis que expressam, tutelam e mantêm as relações econômicas, sociais e políticas que estruturam essa situação atrasada. Por isso, o problema das relações entre sociedade e lei - sempre em tensão permanente em todos os lugares - se torna extremamente agudo no caso dos países subdesenvolvidos, quando estes se movem para romper as suas estruturas retrógradas. Uma das tarefas mais importantes reside na renovação ou substituição da legislação que impede a demaragem e obstaculiza as reformas necessárias. A elaboração legislativa, nas etapas do desenvolvimento inicial, não só é abundante, como é inovadora, e não só porque o exige a situação em progresso, como porque também a própria ação mais destacada do Estado no processo de desenvolvimento. A maioria dos juristas não se apercebeu disso e fala em pletora de leis". (18)

2.4. BRASIL - REALIDADE POTENCIAL

Conforme amplamente examinado, aflora, de modo pacífico o

(18) Op. citada: 416/417.

o entendimento de SUBDESENVOLVIMENTO como sendo aquele que revela um determinado estágio, uma específica posição mantida graças a uma característica estrutura econômico-social. Não deve se olvidar, entretanto, a natureza comparativa e histórica de tal contexto.

Como bem lembram ANÍBAL PINTO e CARLOS FREDES, subdesenvolvimento se define "pela comparação de uma para com outro, num dado momento. Ao se dizer, por exemplo, que a América Latina faz parte do mundo subdesenvolvido, a qualificação tem, como ponto de referência, a realidade das economias centrais que, nessa etapa do processo histórico, constituem o núcleo desenvolvido da comunidade mundial". (19) Entendida esta colocação histórica e sua característica comparativa, poder-se-á considerar como subdesenvolvido o sistema que revele um determinado estágio de evolução em relação a parâmetros médios, mundialmente admitidos.

Outra colocação importante a ser feita, quando se comparar estágios históricos do processo de desenvolvimento é o de não se deixar esquecidas as estigmatizações decorrentes do processo de dominação econômica que permitiu traduzir a dicotomia das nações do mundo em duas classes distintas quanto à sua economia.

- a) os pólos industriais ou economias centrais, que, utilizando-se de recursos importados, transformam-nos industrialmente. Caracterizam-se pelo que se denomina de "países desenvolvidos";
- b) as "economias de periferia" ou periféricas, cujo atrelamento a um pólo central industrial, as evidenciam pela oferta exclusiva de bens primários e pela compra posterior de bens e serviços finais, por aquele indus-

(19) Op. citada: 112

trializados.

Muitos autores, inclusive, vêem no aviltamento dos preços dos produtos primários em relação aos preços dos produtos industrializados - aviltamento esse propiciado pelo dinamismo emprestado às relações internacionais a partir da Primeira Grande Guerra Mundial -, a justificativa para a atual estratificação das nações como países subdesenvolvidos ou desenvolvidos.

Neste sentido LUIZ PEREIRA ressalta sua preocupação em seu livro TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL, no qual, discorrendo sobre o tema "subdesenvolvimento e desenvolvimento", assim inicia o capítulo pertinente,

"Fundamentalmente, é a afirmação histórica (por generalização e reforçamento) das determinações essenciais "objetivas" e "subjetivas" do trabalho na sociedade capitalista em geral, ..., que está em jogo o subdesenvolvimento - desenvolvimento da "periferia" do sistema capitalista internacional - processo parcial no amplo MOVIMENTO SOCIAL moderno de reintegração desse sistema. Esse movimento tem, "no grande despertar" dos subsistemas periféricos, seu fator dinâmico localizável, "de imediato", o qual tipifica tais subsistemas periféricos como subdesenvolvidos e faz com que, por sua vez, o subdesenvolvimento tipifique o estado atual do sistema capitalista internacional" (20)

(20) PEREIRA, Luiz. Trabalho e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo (SP), Difusão Européia do Livro - Corpo e Alma do Brasil - XVII, Dezembro/1965: 58

Discorrendo sobre o binômio "subdesenvolvimento- desenvolvimento" e correlacionando-o com a dicotomia anteriormente aventada de "economias pólo-economias de periferia", assim se exprimem ANÍBAL PINTO e CARLOS FREDES.

"Quando se ressaltar a necessidade de se comparar a situação da periferia com o desenvolvimento alcançado pelas economias centrais, não implica de modo algum a idéia de que seja necessário reproduzir-se, integralmente, o modelo do país mais adiantado. A Alemanha e os Estados Unidos, por exemplo, começaram a revolução industrial muito tempo depois da Inglaterra e, não obstante, seu desenvolvimento não foi, nem é cópia fiel do modelo britânico". (21)

Como terceiro ponto a ser analisado para o devido equacionamento da problemática "subdesenvolvimento x desenvolvimento", deve-se levar em consideração não apenas comparações internacionais mas, também, suas inter-regionais. E estas, talvez, revelem-se muito mais contundentes do que as primeiras, por envolverem contingências de ordem específica, como sejam aspectos de soberania, integridade nacional, cultura nacional e outros objetivos que devem ser colimados por qualquer nação civilizada.

O problema não é apenas brasileiro mas mundial, pois tanto abrange países subdesenvolvidos como desenvolvidos. Desse equacionamento infere-se a conclusão lógica de que também dentro de uma país poderão ocorrer situações de "economias-pólo" e "economias periféricas" e, se esta bipartição revela aspectos

(21) Op. citada: 114

nefastos em referência ao contexto mundial, certamente igual perspectiva poderá surgir em relação ao conjunto nacional.

Para que se atinja a conclusão buscada, ainda se torna necessário abordar o binômio "contingente demográfico x crescimento econômico". Embora o homem se constitua em fator básico da atividade econômica, ele deve primordialmente ser entendido como seu fim último, já que ele é o destinatário exclusivo dos bens e serviços a serem produzidos por ela. Como decorrentes de uma melhor produtividade na utilização da constelação de fatores que integram o sistema, melhores níveis físicos de produção surgirão e, conseqüentemente, se racionalmente estruturada a organização política, melhores níveis de bem-estar serão usufruídos pelas sociedades.

Do binômio "população x crescimento econômico" poderão ser imediatamente inferidas conotações que justificam o registro realçado, já que melhores estágios de participação poderão ser conseguidos em se buscando atingir, pelo controle da natalidade, a população numericamente ótima. Este elemento deverá ser levado em consideração ao se desejar equacionar corretamente o estágio de desenvolvimento do Brasil quando se o comparando com o das demais nações mundiais.

Retomando a conclusão pretendida, arrematar-se-á o enfoque, condicionando-se-o aos seguintes parâmetros consensuais:

- a) Aceitar-se o Brasil parte do sistema ideológico, inserido no contexto capitalista e, desta forma, vivendo atualmente uma etapa coincidente à da DEMOCRACIA ECONOMICA, na catalogação keynesiana;
- b) o momento histórico revela o interregno dos últimos dez anos, levado em consideração o esforço dispendido em relação à tentativa de transformar-se uma "economia periférica" em "economia polarizante";

- c) a colocação alcançará o contexto territorial brasileiro; embora se reconheça que diferenças acentuadas ainda são perceptíveis entre as diferentes regiões que o integram;
- d) a problemática da natalidade será admitida como vegetativa, já que somente desde há pouco tempo vem de ser deflagrada uma política visando a sua adequação.

Dentro deste cenário, com um exacerbado ufanismo pelos resultados já alcançados, poder-e-á abandonar a afirmação de que a nação brasileira integra o grupo de países subdesenvolvidos e, em se utilizando da escala classificatória de W. W. ROSTOW, afirmar encontrar-se o Brasil no penúltimo estágio que precede a efetiva cristalização do seu processo de desenvolvimento - E
TAPA DA MARCHA PARA A MATURIDADE;

No atual estado da sociedade brasileira e em relação ao conjunto evidenciado por ROSTOW para a pertinente inclusão do Brasil no estágio de "etapa da marcha para a maturidade", podem ser identificados os seguintes posicionamentos:

- "a) existe a convicção e a consciência nacional da capacidade político-econômica e social brasileira;
- b) novas técnicas são introduzidas em todos os setores de trabalho, apresentando a nação, inclusive, tecnologia própria, a nível internacional;
- c) a produção ultrapassa o aumento da população; o produto alcança o nível de crescimento médio de 8,7%, enquanto o da população decresce para 2,8%;

d) o país tem uma posição internacional segura, não sòmente nos terrenos político e social como, também, no da ideologia internacional, consolidando abertamente seu modelo pragmático consciente:

e) revelam-se elevados - não obstante o momento conjuntural do "desaquecimento econômico" - os níveis de investimentos, tanto aqueles cujas raízes estão no poder público - OS INVESTIMENTOS AUTÔNOMOS -, como aqueles realizados pela iniciativa privada - OS INVESTIMENTOS INDUZIDOS - em decorrência da crescente dinâmica na renda nacional."

Obviamente, ainda deverão ser feitos muitos esforços para que chegue o Brasil, num futuro próximo, ao ideal indicado por ROSTOW para um sistema em ascenso: o da etapa do CONSUMO EM MASSA.

Revela-se consolidada, desta maneira, a pujança sócio-política e econômica da nação brasileira, condição essencial a um sistema que deverá assumir posição histórica de liderança.

Ao modelo interno, que buscará uma distribuição mais homogênea das oportunidades econômicas a fim de que sejam minimizadas endogenamente os efeitos de uma economia de periferia, com a conseqüente melhoria na distribuição da renda nacional, deverá o Brasil, concomitantemente, interagir sua perspectiva histórica com outras nações, buscando um processo harmônico e recíproco de ascensão sócio-econômica e político-cultural.

CONJUNTURA MUNDIAL - ANÁLISE SISTÊMICA

3.1. ENFOQUE SISTÊMICO

"O enfoque sistêmico começa quando, pela primeira vez, alguém vê o mundo pelos olhos de outrem". (C. WEST CHURMANN). (22)

Postula-se, para o Brasil, um papel no concerto das nações civilizadas. Alcançados e cristalizados os níveis que revelam o ascenso político e econômico - social da comunidade brasileira, os quais se traduzem, a curto prazo, por sua elevação à "potências de segunda classe", restar-lhe-á contribuir para que igual anseio seja buscado e encontrado por outras nações do Terceiro Mundo no qual se revela indelével sua posição de liderança; essa posição pode e deve ser assumida pelo Brasil

Em se objetivando a participação racional do país voltada para uma ação externa, torna-se necessário, preliminarmente, diagnosticar as situações e afastar os óbices que estrangulam ou possam obstacularizar tal encaminhamento.

Realizado um exame abrangente, na enunciação e na análise, será seguido o roteiro sugerido pelo autor citado, observando-se as seguintes diretrizes:

- "1) Objetivos totais do sistema;
- 2) O ambiente do sistema; as coações fixas;
- 3) Os recursos do sistema;
- 4) Os componentes do sistema;
- 5) A administração do sistema".(23)

Como a base da nação brasileira será um modelo sistêmico interagido, um tal diagnóstico deverá ser utilizado para o equa

(22) CHURCHMANN, C. West. Introdução à Teoria dos Sistemas. Rio de Janeiro (RJ), Editora Vozes Ltda., 1972, 2a. Edição: 295

(23) Op. citada: 51

cionamento dos dois objetivos a serem perseguidos - o interno e o externo.

3.2. OBJETIVOS TOTAIS DO SISTEMA

A 17a. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE BEM ESTAR SOCIAL, há alguns anos realizada em Nairobi, na África, traduziu, enfaticamente, o anseio das sociedades modernas, quando enfatizou ser direito de cada povo o acesso aos serviços sociais básicos: a educação, a saúde, a habilitação e a capacidade para o trabalho.

Novamente se revela presente a desconcertante conjuntura mundial, apresentando os países desenvolvidos estágios diferenciados de níveis de bem-estar, que os modernos recursos tecnológicos nas comunicações tornaram onipresentes sem, entretanto, torná-los igualmente sempre úteis. Tais constatações servem como emulação e impulsos que possibilitem que um progresso similar seja alcançado.

Um exemplo significativo desta ocorrência revela-se ao ser enfocada a disponibilidade energética do mundo atual. Enquanto que a humanidade se encontra às voltas com o estigma da exaustão de suas potencialidades energéticas, uma única nação, os Estados Unidos da América do Norte, consome cerca de 1/3 da produção mundial.

Para os signatários da Conferência de Nairobi deverá ser o DESENVOLVIMENTO, portanto, um processo integrado, que nasça das aspirações dos povos, capazes de estimular a capacitação de poder escolher uma atividade produtiva, com o objetivo de aumentar o julgamento do indivíduo para colher benefícios a partir dos recursos de sua comunidade e reduzir-se, desta forma, as distinções execrantes entre classes sociais.

3.3. O AMBIENTE DO SISTEMA

"A julgar pelos acontecimentos mundiais, parece que as pessoas não estão muito interessadas em pagar pela liberdade a um custo de menor eficiência. Isto não é difícil de compreender. Em primeiro lugar, a produção máxima a qualquer custo é a principal preocupação de muitos países atrasados, que não podem adiar mais seu desenvolvimento. Os milhões de pessoas que não ganham o suficiente para comer de um dia para o outro não estão muito interessadas em gozar da liberdade de morrer de fome nas ruas" (24)

O mundo moderno apresenta, atualmente, um elenco tripartite de nações, constatando-se, de acordo com suas características sócio-políticas, conforme IRVING LONIZ HOROWITZ in "Three Worlds of Development", a seguinte distribuição:

Primeiro MUNDO - Conjunto de Estados que se transformaram a partir do feudalismo, consagrando o privatismo da propriedade e dos meios de produção. (América do Norte e Europa Ocidental).

Segundo MUNDO - União Soviética e seu bloco, modernizados por processos revolucionários, com base no coletivismo da propriedade e dos meios de produção.

(24) SAMPEDRO, J. L. Forças Decisivas na Economia Mundial. Rio de Janeiro (RJ), Zahar Editores, 1976: 151.

Terceiro MUNDO - Caracterizado pelo pluralismo ideológico e pelas condições de subdesenvolvimento.

Com o primeiro elenco, formado pelo bloco atualmente liderado pela superpotência capitalista do hemisfério norte - os Estados Unidos da América do Norte - identificam-se as nações que durante largo espaço de seu tempo histórico beneficiaram-se do procedimento colonizador de suas economias polarizantes, ao atrelar aos seus interesses os anseios das "economias de periferia", pela utilização de matérias primas importadas e pela reexportação das mesmas como bens finais de consumo, e, assim, absorvendo para suas próprias economias a capacidade de poupança das nações subjugadas politicamente, pela utilização de matérias primas importadas dessas nações e pelo aviltamento dos preços internacionais na troca dos produtos primários.

O segundo bloco, liderado pela outra superpotência do mundo moderno, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, sob o pretexto de oferecer paz universal e segurança aos povos, busca exclusivamente a expansão da doutrina marxista e a consequente subjugação das vontades a seus interesses de dominação ideológica e econômica.

A terceira classificação, o Terceiro Mundo, engloba o elenco de comunidades que atualmente buscam liberar-se dos grilhões colonialistas e imperialistas que subjugaram, durante longo espaço de tempo, seus sentimentos de nacionalidade e suas aspirações de bem-estar.

A dicotomia ideológica do pensamento econômico, surgida no limiar do presente século, de certa forma consolidou os estágios estagnantes das sociedades subdesenvolvidas, já que estas inadvertidamente se condicionaram à "détente" das superpotências atômicas, que se auto-rotularam de líderes incontestes daquela emergente corrente dualizadora.

Os sentimentos de NACIONALIDADE (soberania) e de DIREITO AO BEM-ESTAR, tornados onipresentes pelo progresso tecnológico das comunicações, fazem surgir novos anseios nas nações do TERCEIRO MUNDO, as quais procuram escapar das características que humilham e ultrajam sua representatividade como sociedades modernamente desenvolvidas.

É este ambiente que reúne psicológica, sociológica e politicamente os interesses do mundo espoliado, que se apresenta como sendo um palco expressivo para a aceitação da atuação externa brasileira, já que afinidade com tal problemática lhe transmitiu a vivência para enfrentá-la corretamente.

3.4. OS RECURSOS DO SISTEMA

A sociedade moderna desenvolveu-se ao assentar sua capacidade transformativa em força energética que se aproxima da exaustão. De igual forma, revelam-se exauríveis os suprimentos não renováveis para o abastecimento de seu parque operador.

Neste particular, pelo próprio desenrolar de suas fotografias históricas, reside a grande vantagem dos países do Terceiro Mundo. Dependentes, por muito tempo, do enfoque insumizador das economias industriais, tiveram eles suas reservas naturais de certa forma preservadas, posto que não se pretendeu transferir para tais regiões, por receio de marginalização competitiva, os dinâmicos processos da presente industrialização das metrópoles. A este escopo, outro, ainda mais importante, se agregou, refletido na necessidade de manutenção do exuberante mercado consumidor, dependente, que tais populações apresentaram às nações industrializadas.

Deflagrado o processo de emancipação política nacional - apresentado sobejamente a partir da Segunda Grande Guerra Mundial - passam tais nações a perquirir direitos impostergáveis

para a utilização de suas riquezas naturais e para a quebra dos grilhões econômicos e tecnológicos que as separavam e as subjulgavam a interesses alheios aos seus próprios destinos.

A absorção paulatina da tecnologia insumizadora e transformativa liberou essas nações da dependência de consumo em relação às suas fornecedoras anteriores. Se o registro é procedente pelo enfoque da gradativa libertação industrial, outro fenômeno fez aparecer e que transferiu, de certa forma, a dependência econômica para interesses supranacionais, ou seja, os dos grupos econômico-financeiros multinacionais.

Estes, buscando a manutenção de seus interesses, lograram encontrar uma forma prática de contornar os óbices surgidos com o processo de emancipação nacional, transferindo para outros países, via "colaboração" ao processo de transformação industrial (devido à carência de recursos de capitais internos), seus próprios parques de insumização e transformação de recursos disponíveis, mantendo atrelados a seus conhecimentos técnicos e tecnológicos os anseios das nações emergentes.

Um rediagnóstico de tal situação deverá ser feito pelas nações do Terceiro Mundo e, a exemplo da OPEP, ao aproveitar-se do momento histórico oportuno, buscar uma melhor e maior participação no processo de utilização dos recursos que se revelam exauríveis, mantendo as perspectivas, não apenas de atendimento das necessidades atuais, mas, e principalmente, daquelas que sua sociedade deverá enfrentar no futuro.

3.5. OS COMPONENTES DO SISTEMA

Caracterizando um modelo para o elenco de países do Terceiro Mundo (os da América Latina, Ásia e África), não obstante as dificuldades na obtenção de médias representativas que pudes

sem exprimir globalmente os produtos das diferentes evoluções históricas, políticas, culturais e econômicas, os participantes do Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Federal de Santa Catarina encontraram as seguintes variáveis comuns que dão àqueles países uma razoável identificação:

1) De Natureza Política

- a) Executivos fortes;
- b) Instabilidade das constituições;
- c) Ocorrência de golpes de estado;
- d) Influência militar e religiosa na vida política;
- e) Confusão ideológica;
- f) Frágil integração nacional.

2) De Natureza Econômica

- a) Permanência de latifúndios improdutivos;
- b) Planejamento descontínuo;
- c) Desvantagens nas trocas comerciais;
- d) Exploração econômica entre classes;
- e) Falta de tecnologia própria;
- f) Baixa renda nacional média;
- g) Insuficiente industrialização.

3) De Natureza Social

- a) Taxas elevadas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desnutrição e de crescimento demográfico;
- b) Resistência às mudanças;
- c) Vícios e inadequações nos sistemas educacionais;
- d) Alta percentagem de pessoas vivendo na área rural, com baixa produtividade.

e) Índice elevado de subemprego. (25)

Ratifica-se, portanto, a não mais inserção do BRASIL como tipicamente integrante do Terceiro Mundo. Seu passado recente autorizou tal inserção; o seu presente derroga-a. Consequentemente, sua recente ascensão dá-lhe um posicionamento expressivo pois sua ação terá o papel de "efeito demonstração" na situação de liderança que poderá dar aos países que, como ele, sofreram os percalços da dependência externa.

3.6. A ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA

Embora haja diferenciadas conceituações para os países do Terceiro Mundo, será preferível caracterizá-los, no presente trabalho, como sendo o conjunto de países que ainda não implementaram integralmente seus processos de desenvolvimento, apresentado, conseqüentemente, estágios concernentes com sistemas subdesenvolvidos. Revelam-se estes países como sendo nações "on de dramáticas mudanças políticas e sociais estão presentemente ocorrendo". (26)

Vivendo em baixos níveis de bem-estar, e independentemente da adoção ideológica que atualmente apresentem, - de acordo com decisão tomada na Conferência de Nairobi - buscam acesso aos serviços sociais básicos: a educação, a saúde, a habilitação e a capacitação para o trabalho.

(25) AMARANTE, Napoleão C. et alii. Terceiro Mundo - Estrutura Política de um Estado Tipo. Florianópolis (SC), Curso de Mestrado em Direito Público, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Monografia, Julho/1974: 79/80

(26) DUNN, Frederik, S. Preâmbulo da obra A Política das Áreas em Desenvolvimento. ALMOND, Gabriel A. e COLEMAN, James S. Rio de Janeiro (RJ), Livraria Freitas Bastos S/A, Julho/1969: 6.

Como veículo para tais propósitos, adotaram todos a técnica do PLANEJAMENTO, na qual se mostra cada vez mais presente a participação do poder do Estado. Neste, à primeira vista, o móvel que ensejará ao Terceiro Mundo sua decolagem para os níveis de bem-estar atualmente ostentados por aquelas nações que já demarraram seus próprios processos de desenvolvimento.

Este desiderato, contudo, deverá ser perseguido através de um procedimento integrado, pois, como acentua ROBERTO DALLAND, "um plano de desenvolvimento nacional é um esforço para estabelecer, com autoridade, os valores para uma sociedade, quer diretamente, quer indiretamente. O planejamento é, portanto, por sua natureza intrínseca, político". (27)

É necessário, deste modo, que todas as forças vivas do sistema - públicas e privadas - conciliem seus interesses e busquem, em benefício comum, as lucratividades esperadas.

"O Estado é o único capaz de realizar a ação de conjunto necessária; de organizar não apenas complexas indústrias integradas, como também esses pólos de desenvolvimento econômico que englobam o conjunto de atividades. A organização das forças desenvolvimentistas é incompatível com o funcionamento único da empresa privada, a qual se orientará para os setores mais rentáveis". (28)

(27) DALLAND, Robert. *Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro*. Rio de Janeiro (RJ), Editora Lidador Ltda., 1969.

(28) LACOSTE, Y. *Os Países Subdesenvolvidos*. São Paulo (SP), Difusão Européia do Livro, 1973, 8a. edição, 109.

A estrutura política dominante nos países que formam o Terceiro Mundo é, presentemente, fundamentalmente autoritária. A maior parte dos governos latino-americanos, africanos e asiáticos é controlada ou exercida por militares apoiados, alguns deles, em quadros tecnocráticos, oriundos das elites e da classe média. Decorre o equacionamento da própria fase de transição pelas quais ainda passam tais sistemas.

Grande parte da população, por conseguinte, está marginalizada do processo acionado, o que implicará, inexoravelmente, em expressivo ônus de sustentação, que não mais deverá continuar.

BRASIL - POTÊNCIA EMERGENTE

4.1. BRASIL - POTÊNCIA EMERGENTE - FRUTO DE UM PLANEJAMENTO CONSCIO E HONESTO

"O único meio de salvar e engrandecer o Brasil é tratar de colocá-lo em condições de poder ele tirar de si mesmo, ..., do seio de sua história, a direção que lhe convém. O destino de um povo, como o destino de um indivíduo, não se muda, nem se deixa acomodar ao capricho e ignorância daqueles que pretendem dirigi-lo". TOBIAS BARRETO (29)

O moderno conceito de potência é constantemente modificado. O que melhor descreve tal consenso é devido a TIBOR MENDE que equaciona as seguintes situações para identificá-lo:

- sua força coordenadora, que exerce em dimensões mundiais;
- sua soberania, que deve estender-se sobre um vastíssimo território;
- sua disponibilidade de imensas reservas de matérias-primas e de mão-de-obra especializada;
- sua capacidade de produção, que deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo e de ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados;
- as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser sa-

(29) MOREIRA, Marcílio Marques. Indicações para o Projeto Brasileiro. Rio de Janeiro (RJ), Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1971: 145

tisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território.

O Brasil, desde sua descoberta em 1500, tem passado por uma série de procedimentos sócio-políticos e econômicos, e seu retrato atual, como a seguir se caracterizará, reflete sua aspiração não à posição de super-potência - os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE e a UNIAO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS são as únicas nações que podem mostrar integral compatibilidade com o esquema proposto por MENDE - mas a de um país que poderá ombrear-se com as que integram o rol das nações classificadas como desenvolvidas.

"O Brasil e a Índia, na opinião de SPIEGEL, são as duas potências médias que possuem melhores condições de aspirar a uma passagem para o segundo grupo, o das superpotências de segunda classe". (30)

Descoberto na época em que a civilização ocidental passava por expressivas transformações econômico-sociais, continuou ele, durante um longo tempo de sua história, dependente do jogo colonizador e absorvente de Portugal. Independente em 1882, permaneceu, ainda por mais um século, condicionado aos interesses externos, pois sua participação na economia mundial se retratava como periférica em relação aos desígnios britânicos.

(30) MATTOS, General Meira. Brasil - Geopolítica e Destino. Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca do Exército. Editora-Co-Edição com Livraria José Olympo Editora, 1975: 70

OBS.: Acrescentaríamos, à citação, a China, como representante do bloco comunista .

A Segunda Grande Guerra Mundial ter-lhe-ia possibilitado mudança fundamental nessa característica, não fosse, tão logo terminada a guerra, o desperdício das reservas apuradas com as trocas internacionais realizadas durante ela. Algo de bom, entretanto, ficou evidenciado com a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e no despertar da motivação empresarial interna.

"Na década de 1946-1955, ao mesmo tempo que ganhava força a consciência da necessidade urgente de incrementar a industrialização do país, tomava corpo a concepção de que o Estado deveria intervir nesse processo, para estimular e suprir a iniciativa privada. Vingava a tese de que o processo de industrialização depende, em larga escala, da compleição de certos pré-requisitos infra-estruturais básicos, nos setores dos transportes, da energia e da educação. A consecução de metas fundamentais nesses setores passou, assim, a representar, no período, pesada demanda à ação do Estado".

(31)

Concretiza-se tal expectativa no quinquênio presidencial 1956/1961 através da adoção do PLANO DE METAS do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, que dirige os esforços públicos para os setores da energia, dos transportes, da alimentação, das indústrias de base e da educação

(31) COSTA, Jorge Gustavo da - Planejamento Governamental. A Experiência Brasileira - Rio de Janeiro (RJ), Fundação Getúlio Vargas - Serviços de Publicações, 1971:143

Outras realizações de vulto do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, no terreno das aspirações sócio-econômicas e políticas, traduzem-se pela criação e implementação da SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - visando a amenizar o desequilíbrio estrutural interno decorrente da crescente pressão demográfica; na implantação de Brasília como nova capital do país, o que indicava a preocupação com a ocupação territorial e com a identificação de um ponto polarizador do crescimento econômico interno, pretendendo, com isso, coibir ou, pelo menos, atenuar dependências periféricas nacionais; e, na deflagração da Operação Pan-Americana (OPA), que buscava a projeção internacional do país no contexto da irmandade latino-americana.

"... é possível dizer que o PLANO DE METAS foi um caso bastante bem sucedido na formulação e implantação de planejamento. ... pode-se sugerir que os problemas por ele ocasionados aos governos que se sucederam resultaram justamente do seu sucesso." (32)

Deve-se ao Plano de Metas a efetiva conclusão do modelo econômico de substituição das importações de bens de consumo, tornando o país auto-suficiente quanto à possibilidade de atendimento das necessidades básicas da população brasileira.

Tal esforço assentou-se em expressivo influxo de capitais estrangeiros, face à peculiaridade histórica de nação carente de recursos próprios para sustentação do seu esforço de crescimento econômico.

(32) LAFER, Celso. In Planejamento no Brasil, de Betty Mindlin Lafer. São Paulo (SP), Editora Perspectiva, 1975, 3a. Edição: 49.

Segue-se-lhe, em 1962, o PLANO TRIENAL de Celso Furtado, que implicaria, no Governo João Goulart, na primeira experiência efetivamente brasileira no campo do planejamento integrado. Essa programação, entretanto, não chegou a ser implementada, devido à deflagração do movimento revolucionário de 1964, intentado para coibir possível encaminhamento do Brasil para a área socialista de influência soviética.

Visando a equacionar um período de transição foi elaborado, então, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) para o interregno 1964/1966, o qual, "partindo de um diagnóstico global da economia brasileira, fixava objetivos gerais e setoriais, indicava as linhas de ação e os instrumentos institucionais necessários para a consecução dos objetivos." (33)

Ao PAEG sucede-se a primeira vivência de planejamento continuado através dos I e II PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento. E, nestes últimos dez anos, o crescimento econômico brasileiro apresenta-se de modo invejável.

"Durante alguns anos, as necessidades das mudanças institucionais e do combate à inflação não permitiram a aceleração do desenvolvimento: a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 1965/1967 foi de 3,7%. Ingressamos, então, numa FASE DE CRESCIMENTO INTENSO, com taxas superiores a 8%. Foi o resultado da eliminação da irracionalidade, da inflação e do caos político-social." (34)

(33) SILVA, Victor da e BUESCU, Mircea. 10 Anos de Renovação Econômica. Rio de Janeiro (RJ), Apec Editora S.A., 1974: 23.

(34) BUESCU, Mircea. Evolução Econômica do Brasil, Rio de Janeiro (RJ), APEC Editora S.A., 1974: 203

Buscando consolidar sua posição internacional de independência político-econômica, o Brasil, numa demonstração de arguta maturidade, desacelera seu processo de crescimento, buscando um menor grau de endividamento externo, e o combate ao processo inflacionário interno, que corroe grande parte do esforço dispendido.

Os resultados econômicos da ação planejadora, interagindo os interesses públicos e privados, já se revelam palpáveis. Transformou-se a participação setorial do Brasil, configurando-se-o como país industrial. O esquema do QUADRO I confirma tal equacionamento.

A evolução do esforço produtivo, no período em foco, pode ser acompanhada no QUADRO II.

Seu Produto Interno Bruto cresceu expressivamente e nem mesmo o elevado grau do crescimento demográfico conseguiu minimizar a expressiva colocação que alcançou na tabela comparativa mundial. O QUADRO III revela a posição do Brasil em relação a alguns países capitalistas desenvolvidos, demonstrando, nas colunas "C" e "E", as variações percentuais e o elevado ônus da incidência do crescimento populacional sobre o esforço produtivo do país.

No campo das relações econômico-financeiras internacionais, a nação brasileira se posiciona em 12º lugar nas transações comerciais, tanto relativas às exportações como às importações, concernentemente ao mundo capitalista, conforme demonstrado nos QUADROS IV e V.

Ao fundamentar seu surto de desenvolvimento em investimentos custeados com influxos financeiros internacionais, o Brasil aumentou gradativamente seu endividamento externo, que passou a apresentar, nos últimos dez anos, uma evolução correspondente a 778,8%. Em contrapartida, diante das relações conjunturais das trocas internacionais, suas reservas subiram de 0,3 pa

ra 6,5, mostrando um crescimento total de 2.066,7%. O QUADRO VI retrata os registros consignados.

O processo econômico brasileiro permitiu uma efetiva transmutação da consciência nacional. Não mais se classifica o PODER NACIONAL como sendo de vulnerável fragilidade, ou dependente de interesses alienígenos. A tomada de posição, alicerçada no Movimento de 1964, mostra-se consolidada e o Brasil já, é visto com o respeito que somente é dispensado à sociedades economicamente fortes e politicamente estratificadas.

O país emerge, portanto, de sua incômoda posição histórica de nação subdesenvolvida para a classificação mendean de POTÊNCIA EMERGENTE. Em se revendo a catalogação de parâmetros indicatórios de tal afirmação, anotar-se-ia:

- a) a força coordenadora da nação brasileira já extrapola as fronteiras nacionais. A atuação brasileira, no palco das decisões internacionais, está presente e palpitante, e seu posicionamento é cada vez mais buscado.
- b) sua soberania estende-se sobre um vastíssimo território, constituindo-se, o Brasil, no quarta potência mundial em solos territoriais contínuos e na quinta, em termos de conjunção territorial nacional.
- c) dispõe de apreciáveis reservas de matérias-primas não renováveis; extensa orla marítima que lhe outorga direitos sobre o mar territorial de 200 milhas; apreciável percentual de terras agriculturáveis, estando em expansão seu contingente de mão-de-obra qualificada;
- d) seus potenciais produtivos excedem, de muito, o ônus do crescimento populacional. De natureza pacifista, nem

sempre se interessou pela fabricação de armas, somente deflagrando tal produção em função do endividamento externo e como decorrência do binômio segurança x desenvolvimento;

- e) sua formação étnica lhe dá a característica de território multirracial e é a expressão mundial de maior significado para aquilatação do fenômeno da miscigenação.

4.2. ASCENDÊNCIA INTERNACIONAL

País de índole tradicionalmente pacifista, somente envolvendo-se em conflitos para manutenção de sua defesa ou de ideais nacionais, apresenta o Brasil, abrangentemente, três situações distintas em seu relacionamento internacional:

- o interregno colonialista;
- o panamericanismo;
- a política externa independente.

Durante o período imperial afluíram, como sendo as mais importantes, as relações comerciais efetuadas pelo Brasil com os países europeus. Estas mais fortemente se evidenciavam em direção à Comunidade Britânica, à qual se subordinava em termos de "economia de periferia", em lhe fornecendo recursos naturais para sofrerem transformação industrial.

Esta ascendência alienígena transferiu-se paulatinamente para os Estados Unidos da América do Norte, se bem que não em termos tão servis, mas condicionadora do posicionamento brasileiro para com os interesses dessa nação.

Tal equacionamento se cristaliza com a política externa a-pregada pelo eminente Barão do Rio Branco, cuja tônica se pautava em acompanhar os Estados Unidos da América do Norte "sem-

pre que possível". Pretendia o eminente internacionalista, com tal desiderato, desvincular o país de compromissos condicionadores, provenientes da influência européia.

Esta nova situação perdurou, com pequenas variações, até os anos que precederam a Segunda Grande Guerra Mundial, transformando-se, em "conformidade explícita", por ocasião daquele evento.

Segue-se-lhe, em tramitação histórica, o Pan-Americanismo, sublimado na Operação Pan-Americana do Governo Juscelino Kubitscheck de Oliveira. Nesta etapa, buscam os governos brasileiros, em decorrência do espírito de nacionalismo que permeava o mundo, estratificar um bloco de interesses comuns que possibilitasse resultados efetivos para as respectivas comunidades.

Com SAN THIAGO DANTAS cristaliza-se o terceiro período de nossa política de relacionamento externo, consubstanciado no modelo de política externa independente.

Em seu livro, preambularmente, assim sintetiza ele os principais tópicos da então adotada política:

- "a) contribuição à preservação da paz, através da política de coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- b) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
- c) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- d) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para a sua rejeição à metrópole.

A esses quatro pontos fundamentais agrega um quinto que seria a "política de auto-formação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional." (35)

Após um breve período de retorno à área dos interesses norte-americanos, o país consolida-se em sua política de independência externa, veiculada em seu modelo pragmático, com o qual se identificam os seguintes princípios mais importantes, no dizer do Chanceler AZEREDO DA SILVEIRA:

- a) identificação de interesses suficientes para não pactuar com erros das superpotências e demais países industrializados;
- b) modificação da posição de isolamento no seio das Nações Unidas, buscando um poder de ação cada vez maior, convencido de que o Brasil efetivamente aumentou seu PODER NACIONAL e sua presença no exterior;
- c) abandono dos chamados "alinhamentos automáticos" que situavam a posição brasileira de forma quase mecânica com a de outros países, principalmente os Estados Unidos da América do Norte.

Desta maneira, ao adotar uma diplomacia independente, apresenta a nação uma impressionante ascendência no domínio das relações internacionais, passando, de servil caudatária dos interesses das superpotências, para intransigente auto-postulação de seus interesses nacionais permanentes e líder emergente do grupo de nações que com ela se identificam e às quais rotula-se de Terceiro Mundo.

(35) ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas Relações Internacionais: 1945/1964, in MOTA, Carlos Guilherme (org). Brasil em Perspectiva, Rio de Janeiro (RJ), DIFEL- Difusora Editorial S/A, Julho/1977, 9a. Edição: 365/366.

4.3. RUMOS PARA A PRESENÇA E AÇÃO EXTERNA

Em relação aos atuais desígnios da política externa brasileira contemporânea, pode-se afirmar que ela está "subordinada a certos determinantes internos de natureza objetiva, tais como a situação geográfica, a dimensão territorial do país, o seu crescimento populacional e a sua potencialidade econômica. A esses elementos internos juntam-se os externos, tais como, as relações necessárias com os Estados da América do Sul, quase todos limítrofes com o Brasil; a complexa formação étnico-social e cultural brasileira, que nos abre caminhos especiais nas relações com a África negra descolonizada, especialmente com as antigas colônias portuguesas." (36)

A impressionante evolução tecnológica moderna, retratada principalmente nos meios de comunicação e de transporte, torna o mundo assaz pequeno para tantos interesses em litígio. Deve o Brasil associar-se a um dos grupos litigantes, até mesmo identificando-se com uma das duas superpotências, ou buscar uma posição consoante com seu passado histórico de nação pacifista e humanitária? Sua configuração físico-territorial e sua pujante conjuntura econômico-patrimonial permitem-lhe intentar uma posição de destaque e sua liderança já se manifesta emergente em relação ao contexto das nações ditas do Terceiro Mundo.

Sua caminhada em direção ao relacionamento internacional deve ser, portanto, segura e cautelosa e devidamente assentada na consolidação do modelo interno. É esta posição, de invejável maturidade político-social, que vem de assumir o país, por intermédio do seu Ministro das Relações Exteriores, por ocasião do início de nova Assembléia Geral, promovida pela Organização das Nações Unidas.

(36) MELO FRANCO, Afonso Arinos de. Problemas Políticos Brasileiros. Rio de Janeiro (RJ), Livraria José Olympio Editora, 1975:219

CONCEITO ESTRATÉGICO DO BRASIL

PARA UMA AÇÃO EXTERNA

5.1. PROJEÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DO PAÍS E ENUNCIÇÃO DOS OBJETIVOS

"A presença nacional nos negócios planetários atinge grau de compulsoriedade. Os interesses coletivos que se sobrepõem sempre às limitações individuais, impõem presença concreta do Brasil nos horizontes do Mundo." ALCIDES ABREU.

Defini-se CONCEITO ESTRATÉGICO DE UM PAÍS como "a expressão de um valor absoluto numa circunstância histórica determinada, para um Estado concreto." (37) Deve este valor, portanto, anteceder a qualquer formulação política, quando voltado para a ação externa.

Ficou salientada, nos capítulos precedentes, a expressiva e abrangente ascensão brasileira no cenário mundial, que se desdobra para a nova sociedade universal, numa situação na qual lhe são identificadas vantagens, enquanto lhe acarreta, concomitantemente, uma impostergável responsabilidade para com os destinos da humanidade.

Identificada a posição perceptivelmente emergente para o Brasil na sociedade mundial das nações, dever-se-á consolidar tal situação para colimar-se o encaminhamento pretendido. E esta desenvoltura somente será possível na medida em que se alcance uma exata avaliação da conjuntura do país considerado.

A citada expansão deverá voltar-se não apenas para a análise conjuntural interna, mas estender seu enfoque à configuração presente nos vários subsistemas da sociedade internacional, prevendo suas possíveis tendências mediante projeções de um futuro possivelmente previsível

(37) ABREU, Alcides. In "Conceito Estratégico para Ação Externa."

Vários são os caminhos permitidos para tal reflexão. Preferiu-se, no presente trabalho, por se revelar mais consentâneo com a premissa estabelecida, que é a de constituir-se ele num dos doze módulos de um trabalho maior, final, presentemente denominado PROJETO ÁFRICA, o descortínio conjuntural interno, a acoplagem ao sistema universal abrangente e, conclusivamente, inferirem-se algumas medidas que possam fortalecer e sublimar o equacionamento estratégico para a correspondente ação externa.

"Sentimentos, crenças, convicções e decisões fluem na conformidade de interesses que se traduzem em aspirações gerais da vida. Se são altos e inatingíveis os níveis de aspiração, por certo que caracterizam uma situação desagradável e incompatível com o desenvolvimento normal do indivíduo e da sociedade. Daí porque o desequilíbrio do homem e o da sociedade residem na manutenção das necessidades fundamentais da pessoa humana no que ela tem de espiritual e na obtenção dos bens materiais da vida." (38)

Estas emulações, se prefixadas e vitais ao indivíduo e ao grupo, provocam um processo contínuo em sua busca e, se não satisfeitas, geram todo um mecanismo psicológico e social de frustração e agressão.

Consoante EUGÈNE STALEY, o comportamento humano denuncia uma busca incessante aos seguintes objetivos:

(38) ESPELLET, Eddy Sampaio et alii. Objetivos Nacionais Perma-
nentes. ADESG, Brasília (DF), Serviço Gráf. Sen. Fede-
ral, 1970: 18

- a) nível de vida satisfatório;
- b) razoável sensação de segurança;
- c) sentido de participação;
- d) oportunidades criadoras;
- e) integração social;
- f) espiritualidade na vida.

São estas aspirações - embora mutáveis no decorrer do tempo pelo aprimoramento que continuamente realiza em si o indivíduo humano, quer por perfeccionismo pessoal, quer por ascensão no meio social - que incorporam valores religiosos, éticos, artísticos, econômicos, sociais e políticos, e dão plenitude, num longo processo histórico-cultural, aos **OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES**.

Num mundo sem fronteiras, impressionantemente próximo pelo vertiginoso progresso tecnológico das comunicações e dos transportes, exacerba-se ainda mais o elenco de emulações preconizadas por STALEY, pois, além da abrangência conjuntural interna, pode ser alcançada uma compatibilidade comparável com outros níveis já usufruídos por outros grupos sociais. É no âmago da questão equacionada que se encontra a mola mestra da atuação do estado moderno.

E como acentua COLOMBO MACHADO SALLES, em seu PROJETO CARIARINENSE DE DESENVOLVIMENTO,

"O Estado moderno é ORGANICO e ORGANIZADOR. Para que se exija o comportamento ordenado (embora consensual) do cidadão, o Estado deve agir dentro de um esquema em que os recursos extraídos do contribuinte (fração do PIB apropriada pelo Tesouro) retornem a ele, multiplicados, em serviços diretos ou indiretos (crescimento do PIB). O plano do

Governo é o modo pelo qual a Administração reparte aqueles recursos segundo prioridades que nascem de uma realidade conhecida e a mudar." (39)

O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento - implantado e implementado a cavaleiro do movimento revolucionário de março de 1964 - pretende transformar o País em nação desenvolvida, no período de uma geração, organizando adequadamente o Estado e moldando-lhe, correspondentemente, as instituições para exeqüibilizar tal encaminhamento.

Para conferir auto-sustentação e caráter integrado ao processo, estabelece o I PND - PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO:

- "i) Ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, alcançando todas as classes de renda e todas as regiões.
- ii) Transformação social, para modernizar as instituições, acelerar o crescimento, distribuir melhor a renda e manter uma sociedade aberta;
- iii) Estabilidade política, para realizar o desenvolvimento sob regime democrático;
- iv) Segurança nacional, interna e externa." (40)

Com tais equacionamentos, traduz o Governo sua intenção em propiciar à nação brasileira as condições comportamentais preconizadas por EUGÈNE STALEY para que sejam alcançados os as-

(39) SALLES, Colombo Machado. Projeto Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis (SC), março, 1971: 6

(40) MÉDICI, Emílio Garrastazu et alii. I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). 1972/1974, Brasília (DF), Serviço Gráfico IBGE, Dezembro, 1971/. 15.

censos sócio-culturais, econômico-financeiros e político-militares perseguidos.

Para que se identifiquem o esforço e a pertinente ação do planejamento, objetivando uma faixa de atuação tão longa e ampla, se torna necessário identificar os quadros das **NECESSIDADES BÁSICAS e ENUNCIÇÃO DOS ÓBICES** - existentes e/ou potenciais - que se lhes possam apresentar como antagonismos a serem diagnosticados, mensurados e vencidos.

Um melhor equacionamento do quadro de "**necessidades básicas do País**" será permitido, no presente trabalho, ao diversificar-se a expensão em seus quatro grandes compartimentos:

- 1º) o das necessidades de ordem geral;
- 2º) o das necessidades quanto à infra-estrutura econômica;
- 3º) o das necessidades quanto à infra-estrutura social;
- 4º) o das necessidades quanto aos desempenhos.

Em relação ao Modelo Brasileiro, o panorama geral e específico poderia ser assim concebido:

a) **NECESSIDADES DE ORDEM GERAL**

- a.1) Democratização plena do processo político;
- a.2) modernização e integração interagida da administração, ao nível dos três Poderes Públicos - Federal, Estadual e Municipal;
- a.3) realização do desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio dos recursos naturais do País.

b) **NECESSIDADES QUANTO A INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA**

- b.1) Ajuste da estrutura econômica à situação de escassez do petróleo;
- b.2) consolidação de uma sociedade industrial moderna

e de um modelo de economia competitivo;

b.3) desvinculação do modelo da dependência exógena-tecnológica e financeira.

c) NECESSIDADES QUANTO A INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

c.1) Preservação da estabilidade sócio-política, assegurando a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais ao desenvolvimento nas suas diferentes manifestações.

d) NECESSIDADES QUANTO AOS DESEMPENHOS

d.1) Manutenção do crescimento econômico, compatibilizado aos níveis de produção de produtividade internos;

d.2) preservação de uma política gradualista de combate à inflação e perseguição do relativo equilíbrio do balanço de pagamentos;

d.3) realização de uma política de melhoria da distribuição das rendas pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.

Os OBICES, identificados em consonância com o Modelo Brasileiro, assim se configuram:

i) OBSTÁCULOS ENDÓGENOS

i.1) Estrutura do poder-político;

i.2) expansão demográfica;

i.3) estratificação social;

i.4) efeito-demonstração;

i.5) potencial de poupança.

ii) OBSTÁCULO EXÓGENOS

- ii.1) Dependência tecnológica;
- ii.2) sistematização político-econômica das Nações modernas em BLOCOS DE PODER;
- ii.3) transnacionalismo;
- ii.4) estrangulamento emergente do comércio exterior.

A análise dos grandes PROBLEMAS NACIONAIS, anteriormente enunciados, será feita em capítulo subsequente.

5.2. AVALIAÇÃO E CAPACIDADE DO PODER NACIONAL

Para que se estabeleça, precisamente, o consenso do PODER NACIONAL se torna necessário que, preambularmente, se conceitue o que seja PODER. Para tal adequação, valer-se-á o trabalho de luminares obras existentes no cenário brasileiro.

O Professor MÁRIO PESSOA conceitua PODER como sendo "o conjunto de faculdades que, reunindo em si força política e direitos, estrutura a ordem exequibilizando a convivência tranquila entre os integrantes da coletividade humana." (41) Já IALE RENAN equaciona PODER como sendo "os meios que permitem o controle social, o qual se impõe fundamentado no costume, na opinião, na lei, na educação, na religião e na moral." (42) LINDOLPHO FERRAZ FILHO traduz PODER como sendo "uma força a serviço

(41) PESSOA, Mário. O Direito da Segurança Nacional. Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca do Exército e Revista dos Tribunais Editores, 1971: 70.

(42) RENAN, Iale. O poder Nacional e a Realidade Brasileira. Editora Rio Sociedade Cultural Ltda., Agosto de 1977:14.

de uma idéia." (43) Finalmente, para a Escola Superior de Guerra, o PODER revela-se, sinteticamente, como sendo "a capacidade de impor a vontade." (44)

Esta última conceituação, refletida em sua simplicidade e objetividade, revela-se como a mais apropriada para veicular a expensão quanto à caracterização do PODER NACIONAL. A luz daquelas considerações básicas, será o PODER NACIONAL conceituado cemo sendo:

"a expressão integrada dos meios de toda ordem, de que dispõe efetivamente a Nação, para alcançar e manter, interna e externamente, os OBJETIVOS NACIONAIS." (45)

Ao apresentar, no decorrer da história, facetas impostas em função das diversas características que lhe foram sucessivamente atribuídas surge, de modo, importantíssimo, o enfoque do PODER NACIONAL na atual conjuntura evolutiva da sociedade moderna, por vir desempenhando o papel de arcabouço formal para que se mantenha uno e perfeitamente identificado o quadro das aspirações que traduzem o comportamento humano em grupos sócio-culturais interagidos. Estas emulações fundamentam os OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES. E estes, no que concerne ao cenário brasileiro, equacionam:

1º) A INTEGRIDADE TERRITORIAL

A preservação do território nacional contra qualquer violação estrangeira - direta ou indireta - mantendo-se as atuais fronteiras do País.

(43) In WIEDEMANN, Luiz Felipe da S. Brasil - Realidade e Desenvolvimento. São Paulo (SP), Sugestões Literárias S.Á., 1972: 416.

(44) MANUAL BÁSICO. Escola Superior de Guerra - ESG - Rio de Janeiro (RJ), Janeiro de 1975: 62.

(45) MANUAL BÁSICO - ESG - Idem.

2º) A SOBERANIA

A convivência interagida com as demais nações do mundo, consubstanciando-se impostergáveis os desígnios da autodeterminação.

3º) O PROGRESSO

A perseguição diturna e crescente a melhores níveis de bem-estar.

4º) A INTEGRAÇÃO NACIONAL

A consolidação da comunidade nacional mediante o crescente espírito de solidariedade de seus membros integrantes.

5º) A DEMOCRACIA

O regime político condizente com a realidade brasileira.

6º) A PAZ SOCIAL

O estabelecimento de um sistema de vida, fundamentado na harmonia e na solidariedade humana.

Quanto à capacidade conjuntural do PODER NACIONAL brasileiro, sua avaliação poderá ser melhor aquilatada ao se efetuar a reflexão por suas correspondentes expressões comportamentais:

- a expressão política do Poder Nacional - O PODER POLÍTI
CO

- a expressão econômica do Poder Nacional - O PODER ECONÔ
MICO

- a expressão psicossocial do Poder Nacional - O PODER
PSICOSSOCIAL

- a expressão militar do Poder Nacional - O PODER MILITAR

Desta forma, ter-se-á:

5.2.1. O PODER POLÍTICO

Como fundamentos da expressão política do Poder Nacional, têm-se,

- o Povo,
- o Território, e
- as Instituições Políticas,

e estes, relativamente ao Brasil, assim se configuram

- O POVO

Caracteriza-se a população brasileira como a de maior miscigenação étnica do mundo. Sua instrumentação se deveu à mesclagem historicamente havida em relação aos processo de alocação e absorção dos recursos humanos identificados no nativo, no conquistador português, no trabalhador escravo e nas correntes migratórias externas e internas da colonização. Por este aspecto, portanto, não é favorecida a existência de racismos exacerbados, situação que lhe defere condições excepcionais para deflagrar um processo consensual e consentido de crescimento participativo.

- O TERRITÓRIO

O Brasil ocupa área terrestre de 8.456.508 km² e total de 8.511.965 km²*, o que lhe outorga uma situação invejável entre todas as nações, pois tal dimensionamento o coloca entre as cinco de maior extensão territorial contínua do mundo moderno.

(*) Incluídos 55.457 km² de águas internas. Anuário Estatístico do Brasil, Fundação IBGE, 1977:26

Além disso, limita-se, por sua posição geográfica, com praticamente todos os países que integram o Continente Americano do Sul (exceções feitas ao Chile e Equador). O fato lhe concede impostergável ferramenta de atuação conciliadora de interesses.

- As Instituições Políticas

A extensão territorial afigura-se como que revelando-lhe um ordenamento jurídico apropriado, traduzido no princípio do FEDERALISMO, o qual visa ao desenvolvimento harmônico dos estados com supervisão da União, de conformidade com os planejamentos governamentais adequadamente concebidos e inter-relacionados.

A Democracia - Poder emanado do povo, para o povo e com o povo - confere-lhe a forma de governo adequada à índole de sua população, pois enseja, correspondentemente, a efetiva participação da coletividade nacional em todo o processo político-institucional.

5.2.2. O PODER ECONÔMICO

São fundamentos da expressão econômica do Poder Nacional,

- os Recursos Humanos
- os Recursos Naturais
- as Instituições Econômicas.

Concernentemente ao Brasil, poder-se-ia expor as seguintes implicações:

- Os Recursos Humanos

O crescimento da população tem-se acelerado com o passar do tempo. O Brasil já conta, hoje, com mais de 110.000.000 pessoas, o que constitui um contingente mercadológico expressivo

para ensejar a absorção das capacidades produtivas internas e as disponibilidades financeiras externas.

A população nacional é jovem, isto porque 42% dos brasileiros possuem idade inferior a 15 anos, o que propicia um contingente impressionante de população economicamente admissível como futura força de trabalho - cerca de 50 milhões de pessoas - e sua população dependente - pessoas com mais de 65 anos - é relativamente pequena (ao redor dos 3%), o que não se configura um ônus expressivo aos esforços para o crescimento econômico e o desenvolvimento social

- Os Recursos Naturais

Os mananciais de plataforma marítima e da costa atlântica das 200 milhas conferem-lhe potenciais significativos, pois o Brasil possui 7.408 quilômetros lineares de limitação oceânica. As condições ambientais também se lhe mostram altamente propícias pelo privilégio da "hiléia amazônica". Seus recursos naturais exploráveis - exauríveis e renováveis -, com raríssimas exceções, são excepcionalmente abundantes.

- As Instituições Econômicas

A economia brasileira instrumentou-se nos postulados liberais de ADAM SMITH, acolhendo economicamente o assentado no sistema de ECONOMIA DE MERCADO. Reequacionado o enfoque microeconômico do equilíbrio particular para a ótica macroeconômica do equilíbrio geral keynesiano, revitalizadora do sistema capitalista pós-depressão de 1929/1930, o Brasil adotou a concepção neoliberal, acoplando, mediante modelo mutuamente consentindo, as atuações públicas e privadas, sendo as primeiras apenas como força motivadora ou revitalizadora das segundas.

A ideologia da propriedade privada dos fatores produtivos se mantém atual e presente, somente sendo postergada quando se lhe depara o mais expressivo interesse social.

O planejamento, institucionalizado a partir da Constituição de 1967, é apenas orientativo.

A conjuntura propicia-lhe, portanto, condições excepcionais para estimular e incentivar a alocação sistêmica de recursos de investimentos nacionais ou internacionais.

5.2.3. O PODER PSICOSSOCIAL

A expressão psicossocial do Poder Nacional apresenta os seguintes fundamentos, que, relativamente ao Brasil, assim se consubstanciam:

- a População
- o Meio-Ambiente
- as Instituições Sociais

- A População

A composição etária da população brasileira, prevalecentemente jovem, outorga-lhe fator psicossocial inigualável de força motivadora para vencer desafios e alcançar objetivos presumidos. Basta, para tanto, que lhe sejam oferecidas condições para atuação coparticipativa.

- O Meio-Ambiente

A extensão territorial brasileira, espraiando-se do Equador até a zona temperada, não lhe oferece, felizmente, "áreas problemas" inqualificando modelos de recuperação.

A "hiléia amazônica", seu espaço verde, se não ocupável economicamente, propicia-lhe condições para a despoluição ambiental. A caatinga do Nordeste e o cerrado do planalto estão sen

do recuperados pela ação ordenada e normatizadora do binômio planejamento público - iniciativa privada. Assim, a distribuição sócio-econômica das atividades está sendo buscada, para que três grandes objetivos sejam alcançados:

- 1º) a eliminação dos espaços vazios;
- 2º) a desconcentração urbana; e
- 3º) o crescimento harmônico das regiões brasileiras.

O Brasil oferece, desta maneira, condições apropriadas para minimizar dois sérios problemas que assolam a sociedade moderna - a falta de espaços ambientais e a fome.

- As Instituições Sociais

As instituições sociais brasileiras revelam-se, não obstante seu processo de incorporação étnico-social miscigenada, um padrão assaz homogêneo de comportamento.

Uma única língua, a portuguesa, é o idioma encontrado em todos os rincões de sua vasta extensão territorial; cultos ecumênicos se identificam interagidos, com a prevalência contingencial e espacial do catolicismo romano; a índole do povo brasileiro é ordeira, criativa e pacifista.

Esta constelação de elementos propicia-lhe condições altamente vantajosas para a correspondente montagem de um modelo de ação externa, pois a língua portuguesa ocupa um dos primeiros lugares entre os idiomas nacionais de maior uso; o catolicismo é uma religião de abrangência mundial e, locacionalmente, identificada com as regiões de colonização portuguesa, espanhola e italiana. Este conjunto de características lhe é muito propício, de vez que os povos do mundo são infensos a interações consensuais pacíficas com nações que historicamente demonstraram comportamento de não beligerância.

5.2.4. O PODER MILITAR

A expressão do Poder Militar no Poder Nacional tem, como fundamentos:

- os Recursos Humanos;
- o Território
- as Instituições Militares,

e eles poderiam ser assim analisadas em relação ao Brasil:

- Os Recursos Humanos

A índole pacifista do homem e a concepção de não beligerância dos governos brasileiros predisõem o uso do contingente humano exclusivamente para as ações de manutenção e consolidação dos OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES.

A recente evolução dos conflitos abrangentes - detonações atômicas, que, praticamente, invalidaram grandes contingentes populacionais para as lutas não convencionais de guerrilhas - revelou, em relação ao caso brasileiro, a grande versatilidade e adaptabilidade do seu poder de adestramento, pois obstou que se espraiassem no território nacional, mediante contra-ação segura e proficientemente adequada, os movimentos guerrilheiros e subversivos urbanos e rurais que aqui se pretenderam instalar no limiar da presente década, fruto de orientação ideológica espúria e alienígena.

- O Território

As confrontações territoriais do Brasil, conforme já anotado, deferem-lhe excepcionais veículos de interação de interesses com as nações com ele confrontantes, desde que seus propósitos sejam identificáveis com a busca de um bem comum.

A distribuição espacial das atividades econômico-sociais tornarão mais difícil uma ação beligerante, evidenciada ou se configurada.

Finalmente, sua localização geográfica, em relação ao Atlântico Sul, oferece-lhe um palco privilegiado quanto à programação de caráter internacionalmente envolventes.

- As Instituições Militares

As Instituições Militares do Brasil estão preocupadas exclusivamente com a salvaguarda dos desejados OBJETIVOS NACIONAIS PERMANENTES. Elas somente se fazem presentes quando ações externas ou internas procuram perturbar a conjuntura sócio-econômica vigente.

Seu escopo, portanto, é o da manutenção da SOBERANIA NACIONAL, mantendo a adequabilidade do regime democrático e a estabilidade do processo de crescimento econômico e a consequente emergência desenvolvimentista.

5.2.5. O PODER NACIONAL

O registro feito em relação aos comportamentos do Poder Nacional - ainda que não totalmente exaurível quanto ao enfoque que pertinentemente lhe poderia ser ensejado - demonstra o efetivo potencial de adequação e de atuação para a montagem de um modelo que possibilite viabilizar-se a já delineada ação externa do Brasil em busca da liderança no meio da sociedade das nações que compõem o Terceiro Mundo.

5.3. INTERPRETAÇÃO E DEFINIÇÃO POLÍTICA DOS PROBLEMAS NACIONAIS

"O ambiente natural do homem é a sociedade. Bem por isso, em todos os tempos, pensadores, historiadores e pesquisadores buscam interpretar os fatos sociais ou retratando-os, simplesmente, e classificando-os,

e inovando-os com idéias e sugestões como têm feito filósofos e ideólogos.

Daí, o grande acervo em estudos e em pensamento filosófico e político de eventos e problemas da sociedade. Este aspecto da problemática social caracteriza o próprio comportamento da sociedade." (46)

Os PROBLEMAS NACIONAIS, portanto, decorrem da conjuntura do processo em evolução, estereotipando segmentos de um todo, no caso, a sociedade humana. Estarão perfeitamente identificados os PROBLEMAS NACIONAIS, conseqüentemente, na medida em que os óbices à evolução normal do modelo pré-concebido sejam detectados e devidamente diagnosticados. A enunciação dos óbices ao processo de desenvolvimento brasileiro já foi devidamente perfilada, quer endógena, quer exógenamente. Cabe ao trabalho, nesta passagem, oferecer-lhes as correspondentes interpretações políticas.

5.3.1. ESTRUTURA DO PODER POLÍTICO

A evolução política do Brasil, como se acontecer no restante dos países que compõem o continente americano do sul, revela um caráter inítda, altamente personalista; conseqüentemente, egocentrista. O processo de conquista da terra, ao se ter deferido glebas a colonizadores pré-indicados e o cerceamento das atividades econômicas de expansão a determinados setores, com uma destinação específica dos seus resultados, fez surgir, no Brasil, uma classe social privilegiada, economicamente ascendente e detentora, como decorrência natural do processo, do correspondente Poder Político.

(46) NASCIMENTO, José Camarinha. In Brasil - Realidade e Desenvolvimento. As Instituições Sociais, Políticas e Econômicas. São Paulo (SP), Sugestões Literárias S.A., 1972: 59

A conjuntura prossegue, na primeira fase do Brasil República, prioritariamente como decorrência de dois fatores políticos:

- a) o paternalismo oficial quanto à concessão de créditos e benefícios fisco-tributários;
- b) a vigência de um período governamental ditatorial longamente inserido naquele interregno histórico.

Segue-se-lhe, como resultante da dicotomia ideológica do mundo, ao valer-se das emulações e aspirações da classe proletária, um período de uma transformação político-social expressiva, ensejando o aparecimento de uma nova classe ascendente, caracterizada no Sindicalismo.

A retomada dos destinos ideológicos da Nação, ao trilhar novamente os caminhos do liberalismo político, fez surgir, no cenário brasileiro, pela emergente e impostergável ação de recuperação do processo de crescimento econômico, uma nova classe político-social dominante - os tecnocratas.

Assegurados a tranquilidade da comunidade e a estabilidade do sistema, parte o Governo brasileiro para a efetiva redemocratização do País, buscando definir o Poder Político não como privilégio de poucos, mas como direito natural de todos

5.3.2. EXPANSÃO DEMOGRÁFICA

O processo do crescimento econômico somente será adequado se atender ao objetivo do modelo, que se traduz na melhoria do bem-estar usufruído pela coletividade. Embora o homem seja uma variável endógena em relação ao modelo - força de trabalho - identifica-se ele como sendo o fim último do processo implementado. Assim, para que efetivamente se propiciem melhores níveis de bem estar, tornam-se necessários os crescimentos quantitativo e qua-

litativo do produto e sua correspondente distribuição. O crescimento quantitativo do produto estará presente na medida em que as disponibilidades finais do processo possibilitem mensurações maiores do que aquelas obtidas precedentemente; o qualitativo refletir-se-á à medida em que bens inovados forem oferecidos, alcançando-se, assim, a satisfação de novos elencos de necessidades.

O crescimento físico e diversificado do produto, entretanto, não oferece uma distribuição concomitante do resultado. Para que se atija o homem, outorgando-se-lhe melhores níveis de bem-estar, urge que, compatibilizadamente ao processo produtivo, a distribuição da renda seja adequadamente equacionada.

A expressiva evolução demográfica brasileira, registrando um crescimento vegetativo anual em torno dos 3%, já constitui a problemática fundamental em relação ao quadro configurado. Assim é que, para contrabalançar tão expressivo incremento demográfico, é imprescindível o aumento do produto interno em percentuais ainda mais elevados, agigantando-se, concernentemente, o esforço que deve ser desenvolvido. A dinamicidade do crescimento econômico brasileiro foi alcançada, mas trouxe dois problemas conjunturais:

- a inflação, traduzida no aviltamento do poder aquisitivo do dinheiro;
- a concentração espacial e personalizada do resultado no processo obtido.

O primeiro evento reflete-se, mais drasticamente, nas comunidades de baixas rendas, enquanto que o segundo se aflora no processo de transferência de resultados, ao remunerar capitais externamente captados.

Busca o Brasil de hoje; como já foi frisado, níveis de crescimento demográfico. Resta ainda ao País, entretanto, adequar

mais consentaneamente a distribuição do resultado e instrumentar-se para absorver a expressiva força de trabalho que se apresentará em futuro bem próximo.

5.3.3. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Os processos históricos da evolução dos poderes políticos e econômico fizeram surgir no País três fenômenos de estratificação social:

- a sociedade dual urbana e rural;
- as disponibilidades regionais; e
- a concentração da riqueza.

Em relação ao primeiro, observam-se dois enfoques, o da identificação dos "status" privilegiados e a mudança conjuntural no processo pertinente às atividades econômicas.

A emergência da era industrial no Brasil (intensificada pelo modelo "substituição de importações", implementado a partir do final da II Guerra Mundial) fez com que declinasse, paulatinamente, a preponderância sócio-política e econômico-financeira dos latifundiários nacionais. Presentemente, pela adoção de modelo exportador de produtos primários pré-beneficiados, reequilibra-se o esquema dual, pela interação econômica processada entre ambos os estratos, mostrando-se, ainda, uma leve predominância da classe urbana-industrial sobre a rural-agro-pastoril, posto que se revela, esta, condicionada aos interesses insumizadores daquela.

Este processo de interação de atividades econômicas tem permitido subir, socialmente, o elenco dos minifundiários, principalmente em relação àqueles absorvidos pelos processos de integração vertical, empreendidos por empresas industrializadoras de produtos primários e/ou pelos mecanismos de atrelamento à orga-

nizações classistas - cooperativistas - de produção ou de comercialização.

As disparidades regionais ainda são execrantes, concentrando-se no cone sul do país a grande expressão das potencialidades econômicas, evento emergente do fenômeno denominado "economias de aglomeração" e concomitante concentração do esforço público na região.

Finalmente, pelos processos evolutivos político e econômico, já configurados, observam-se, em relação a todo o território nacional - guardadas as peculiaridades regionais - desigualdades expressivas em termos de distribuição da riqueza alcançada no processo do crescimento da economia brasileira, fenômeno este que vem sendo enfrentado pelo Governo, pela introdução de medidas fisco-tributárias corretivas. Com tal política busca-se um maior elenco de iniciativas regionais e o suscitar de um maior dinamismo em relação aos recursos alocados. Como resultante, espera-se objetivar uma melhor distribuição da renda e uma consequente melhoria do quadro de distribuição espacial da família brasileira.

5.3.4.- EFEITO DEMONSTRAÇÃO

O efeito demonstração de DUESENBERY pode e é normalmente o faz - refletir resultados benéficos para o processo de crescimento econômico. Ele é identificado quando, por relações sociais, busca-se adquirir os bens que propiciam "status" sócio-econômicos, compatíveis com o grupo do qual se faz parte.

Este fenômeno, entretanto, pelo expressivo avanço tecnológico das comunicações, principalmente as visuais, não mais se restringe a um determinado grupo social, mas extrapola-se para utilizações universais. E se não for adequada e acertadamente correspondido pelo esforço interno de realização, poderá transformar-se em fator psicológico antagônico aos fins desejados.

5.3.5. POTENCIAL DE POUPANÇA

Novas riquezas somente serão possíveis à medida em que a capacidade produtiva do sistema se expandir ou lhe forem oferecidos melhores equacionamentos tecnológicos. Ambos, identificando novos aportes de capital, somente serão ensejados à medida em que potenciais de poupança sejam devidamente localizados.

No Brasil, secularmente, tal evento sempre se caracterizou como que incipiente, ensejando, inclusive, seu então exasperante círculo vicioso da pobreza - a população era pobre porque não investia; não investia porque não conseguia poupar; não poupava porque não conseguia produzir.

O arranque do desenvolvimento se fez com recursos externos, tornando-se necessária, presentemente, a transmutação dessa ocorrência, pois se não se identificará, em relação ao Brasil, uma dependência total para com o capitalismo financeiro internacional. E a solução à problemática somente revelar-se-á viável à medida em que ocorrer uma distribuição consentânea da riqueza, propiciando uma nova estratificação sócio-econômica da renda gerada e, desta forma, pela "lei psicológica" de KEYNES - aumentos de renda corresponderão a aumentos mais significativos nas poupanças - surgindo, internamente, potenciais de poupança que possam suprir as necessidades nacionais em relação à novos investimentos.

5.3.6. DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

Apresentou o Brasil, em longos períodos de seu desenvolvimento histórico, um modelo extrativo primário, identificando-se, portanto, correspondentemente, como economia de periferia. Não criou, conseqüentemente, uma tecnologia própria.

Quando buscou seu processo de transformação industrial, teve que subjugar-se aos ditames e regras dos mecanismos de trans-

formação identificáveis com os procedimentos aos quais estava atrelado anteriormente. Torna-se portanto necessária a adequada provisão nacional de tais implementos, tarefa que é de fácil perspectiva, ainda que implicando em desembolsos significativos e em resultados aleatórios.

5.3.7. SISTEMATIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DAS NAÇÕES MODERNAS EM BLOCOS DE PODER

A hegemonia histórica de determinadas nações também se faz presente em relação ao Brasil. De sob o jugo colonizador do português passou ao domínio do imperialismo britânico e, como consequência da transferência da liderança do euroliberalismo para os Estados Unidos da América do Norte, em função de acontecimentos identificados e potenciados a partir da Segunda Guerra Mundial, transferiu-se para a dependência aos sistemas insumizadores e de investimentos da Nação do Norte. O evento foi exacerbado pela dicotomia político-ideológica que se desenvolveu no mundo, a partir do presente século.

5.3.8. TRANSNACIONALISMO

As emulações nacionalistas dos países do Terceiro Mundo; a aparente deterioração das duas grandes superpotências - EUA e URSS - que têm questionadas suas áreas de influência por outras nações, emergentes, ainda que do mesmo bloco; a crise energética decorrente da política adotada, em 1973, pelos países produtores e exportadores de petróleo; e, ainda, os impulsos de industrialização que arroubam a grande maioria das nações do globo, ao adotarem essas o modelo clássico do desenvolvimento via industrialização, faz com que uma nova configuração de interesses se apresente no cenário mundial - o transnacionalismo - apresentando este movimento expectativas supranacionais e revelando, por isso

mesmo, características singularizadas quanto aos resultados.

5.3.9. ESTRANGULAMENTO EMERGENTE DO COMÉRCIO EXTERIOR

A necessidade de contrabalançar as dificuldades advindas da recém adotada política de preços do petróleo fez com que os países industrializados acionassem dispositivos acauteladores em relação a novas evasões de divisas. Eles não permitem mais, portanto, que surjam economias em processo de desenvolvimento nos mercados internacionais enquanto estas não se submeteram às livres forças do mercado.

Como tais economias apresentam evoluções embrionárias em seu processo produtivo, na maior parte das vezes sua competitividade somente se concretiza pelos benefícios que lhes são carreados pelos respectivos governos. É o caso brasileiro.

5.4. MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL PARA A AÇÃO EXTERNA

"Nos últimos trinta anos, o panorama político mundial sofreu tantas e tão profundas alterações que bem se poderia dizer que houve uma revolução de escala mundial. ... As mudanças verificadas não passam de manifestação muito inicial de transformações futuras, ainda muito mais profundas e de maior alcance." (47)

(47) MICHELENA, José Agustín Silva, Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder. Rio de Janeiro (RJ). Editora Paz e Terra, 1977: 251

A presença e a ação externa do Brasil deverão ser intentadas, como já foi frisado, ao adotar-se uma posição compatível com seu passado histórico de nação pacifista e humanitária. Há que conceber-se, portanto, um modelo inovado, ideal e idealizador, capaz de alentar as aspirações e emulações do Terceiro Mundo, porém devendo ampliar-se de modo a se revelar desvinculado dos interesses dicotomizados das duas superpotências do globo.

Esta caminhada ao espaço externo deverá ser segura, cautelosa e devidamente assentada na consolidação do modelo interno. É preciso, pois, que se lhe ofereça, como subsídios para reflexão posterior, um leque de alternativas que possam ensejar, se adotadas, o fortalecimento do Poder Nacional.

E esta proposição, para uma melhor adequação, será efetivada em se a compatibilizando com o quadro das **NECESSIDADES NACIONAIS**.

5.4.1. **NECESSIDADES DE ORDEM GERAL**

- Democratização plena do processo político

A Nação, fiel aos seus desígnios históricos, clama por instituições verdadeiramente democráticas que não apenas assegurem, mas estimulem a mais ampla participação popular no processo político. Para tanto dever-se-á buscar dotar a sociedade brasileira dos meios eficazes para controlar a ação do Estado, a fim de sujeitá-lo à vontade coletiva.

Este processo somente será exequibilizado se:

- i) tornar os brasileiros protagonistas reais dos processos de mudança, outorgando-lhes o exercício efetivo do seu inalienável direito de autodeterminação;
- ii) ampliar a representatividade do pacto social atualmente existente não se limitando a interesses escassamen-

te incorporados ao sistema de decisão;

- iii) alterar a forma de apropriação pela qual grupos e classes se beneficiam da renda nacional, dando-lhe maior velocidade e dinamismo em busca de uma distribuição mais consentânea.

Para que tal desiderato seja factível, as Instituições Políticas deverão ser revitalizadas e fortalecidas, o que se poderia consolidar, a partir da concretização das seguintes formulações:

- a) restabelecimento do princípio clássico da dependência e harmonia entre os três Poderes do Estado;
- b) restituição aos Poderes Legislativo e Judiciário das prerrogativas e imunidades que lhes possam propiciar o funcionamento livre e soberano;
- c) re-introdução do direito universal do voto;
- d) garantia da livre instituição de Partidos Políticos.

- Modernização e integração interagida pela Administração, a nível dos três Poderes Públicos - Federal, Estadual e Municipal

O planejamento governamental, institucionalizado no Brasil, a partir da Constituição de 1967, consiste na programação sistematizada e coordenada da ação para concretizar os objetivos pretendidos. Como o País apresenta uma composição federativa e municipalista, torna-se necessário que o planejamento abranja os três níveis do Poder Público - o Federal, o Estadual e o Municipal, para que:

- i) se atenda, efetivamente, ao quadro prioridades nacionais;
- ii) não se processem esforços descoordenados;
- iii) se tornem produtivos os recursos alocados;
- iv) se permita uma efetiva interação com os interesses acoplados ao processo pela iniciativa privada.

Assim é preciso que a União, supervisora das atividades sócio-econômicas e político-administrativas dos Estados, admita uma íntima identificação entre as ações federais e aquelas desempenhadas pelos Estados e pelos Municípios. E esta articulação efetiva e proficiente poderá ser realizada mediante:

- o estabelecimento de mecanismos práticos e sistemáticos que permitam a compatibilização entre a programação nacional do desenvolvimento e os Planos dos Estados e dos Municípios, para a observância de prioridades nacionais e para a atuação consistente das diferentes esferas do Governo, em suas respectivas áreas de competência;
- o fortalecimento da orientação da atuação integrada entre a União, os Estados e os Municípios, no campo fiscal e nos principais setores em que será exercida a ação pública. Em cada uma dessas áreas comuns de atuação, deverá ser definida a correspondente divisão de trabalhos e estabelecido o pertinente esquema de cooperação técnica e financeira.

Somente desta forma é que poderá o Estado, além das atividades governamentais ordinariamente consideradas essenciais à sua existência juridicamente organizada, atender a manutenção da ordem pública, a garantia da integridade física e a garantia do direito de propriedade e aos encargos decorrentes da função, a fim de que possam ser propiciadas as condições próprias para a

deflagração de um processo contínuo e desejado de crescimento econômico e social, alocável mediante a adoção de uma política adequada de desenvolvimento, que deverá perseguir os seguintes objetivos principais:

- 1º) criar condições gerais favoráveis ao desenvolvimento;
- 2º) fazer com que as autoridades governamentais, a indústria, o comércio e o público em geral fiquem cientes das potencialidades e vantagens do desenvolvimento;
- 3º) efetivar determinados investimentos, geralmente em setores da infra-estrutura;
- 4º) tomar as providências necessárias a facilitar e estimular o investimento e a iniciativa privada." (48)

Desta forma, em relação à modernização e integração integrada da Administração Pública, deverá o Governo Brasileiro buscar:

- a) o aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento, mediante esquemas simples, flexíveis e descentralizados;
- b) implantar sistemas de aferição de resultados, retroalimentação dos modelos e continuidade em relação aos planejamentos conseqüentes;
- c) interagir interesses nacionais, estaduais e municipais, estabelecendo-lhes as perceptíveis áreas de atuação e escalas de prioridades;

(48) TINBERGEN, Jan. Programação para o Desenvolvimento. Rio de Janeiro (RJ), Fund. Getúlio Vargas - Serv. de Publicações, Julho, 1974: 2

- d) manutenção de programa permanente de treinamento e qualificação do servidor público e dos empregados de empresas governamentais;
- e) reestruturação dos órgãos de administração direta e in direta, todas as vezes que tal se fizer necessário, bus cando a concentração de esforços, o bom funcionamento das estruturas e a fusão daquelas que duplicam tarefas.

- Realização do desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País

O Estado, em sua ação de planejamento, deve pretender realizar uma sociedade desenvolvida, moderna, progressista, e, sobretudo, humanizada. Assim, o objetivo maior de todo o planejamento nacional deve ser o homem brasileiro nas suas diferentes dimensões e aspirações.

Desta forma, somente será alcançado o consenso nacional, se:

- 1º) tentar-se erradicar a miséria;
- 2º) evitar-se que se agravem os desequilíbrios regionais, setoriais e de bem-estar;
- 3º) aumentar-se a capacidade de consumo das massas; e
- 4º) impedir-se se deteriorem as condições ambientais de convivência.

Estas metas serão alcançadas:

- em se mantendo o crescimento do produto com taxas de aumento das oportunidades de emprego da mão-de-obra com patibilizadas àquelas evidenciadas para a absorção do crescimento do contingente de população economicamente ativa;

- em se realizando política de melhoria da distribuição da renda, pessoal e regional, simultaneamente com o crescimento econômico.
- em se preservando a estabilidade social e política, as segurando-se a participação consciente de todas as categorias vitais ao desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações;
- em se definindo uma adequada política de meio ambiente na área urbana, impedindo-se a instalação e/ou ampliação de novas unidades industriais em locais inapropriados;
- em se equacionando uma acertada política de preservação dos recursos naturais do País, posicionando-se de maneira correta a utilização do potencial de ar, água, solo, subsolo, flora e fauna.

5.4.2. Necessidades quanto à Infra-Estrutura Econômica.

- Ajuste da estrutura econômica à situação da escassez do petróleo.

O Brasil ocupa uma posição intermediária no tocante às repercussões da crise do petróleo, já que apresenta uma dependência pequena, posto que relevante, da importação desse produto. Contudo, a não continuidade da disponibilidade de petróleo barato e o condicionamento quase total do parque transformativo interno e dos sistemas de transportes para com aquela tecnologia energética fizeram com que o País tomasse medidas acauteladoras para não permitir um seu atrelamento ainda maior às decisões tomadas no exterior.

Ao assim fazer, não apenas buscou o País enfrentar diretamente a crise energética, como tomar medidas que evitassem repercussões indiretas, identificáveis pelo aviltamento de sua capacidade

de importar tecnologia, serviços especializados de assessoria e insumos intermediários não disponíveis no território nacional, bem como atrair novos influxos de investimentos ou financiamentos necessários aos seus processos de manutenção e de dinamização das potencialidades produtivas.

Esta perspectiva de ajuste poderá ser alcançada mediante:

- a adoção de uma política realista para os derivados de petróleo e o uso adequado e racional desses derivados;
 - o desenvolvimento de programas nacionais, objetivando a utilização de energias produzidas internamente; e,
 - a absorção de tecnologia para a produção e a utilização de fontes não convencionais de energia.
- **Consolidação de uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva.**

Duas características marcantes são observáveis na economia mundial do pós-guerra:

- "1ª) o efeito da revolução tecnológica sobre o desenvolvimento industrial e o comércio internacional, com alteração, também, das posições de vantagens comparativas dos diferentes países; e
- 2ª) a expansão mais rápida do comércio internacional, dos transportes e do movimento de capitais, nas diferentes regiões." (49)

Deve pois o Governo atuar - para consolidar o poder competitivo da empresa nacional - sobre os fatores básicos que condicionam os níveis de eficiência das empresas privadas e governamentais. Tais fatores concernem à garantia quanto ao suprimento, a baixo custo, dos insumos industriais básicos e à adequada compati

(49) MÉDICI, Emílio Garrastazú - Op. citada : 33.

bilização gestora às necessidades da organização empresarial: a formação de capital de giro próprio; a apropriação das escalas de produção; a adequação dos níveis de transformação tecnológica e qualificação da capacidade administrativa.

Para colimar tal fortalecimento, deverá o Governo empreen -
der:

- maior atuação pública na Indústria de Bens de Capital e na área de insumos básicos, reequacionando e revitalizando a indústria insumizadora nacional de bens de capital e insumos intermediários;
- estimular exportações de novos quadros de manufatura - dos;
- impulsionar e incentivar o desenvolvimento tecnológi - co nacional;
- adequar a política de uso da terra para fins agro-pecu - ário-industriais e produção de insumos primários;
- consolidar o mercado consumidor interno; e
- impulsionar a preparação e reciclagem dos quadros gesto - res, alocando-os à iniciativa privada.

Com estas premissas, adequar-se-á a indústria nacional à realidade conjuntural e sistêmica vigente, promovendo-se-lhe condições competitivas para a conquista efetiva e definitiva do mercado interno e, numa segunda etapa, penetrar o comércio internacional com maior consistência e com uma perspectiva de resultados fa - voráveis.

- **Desvinculação do modelo da dependência exógena - tecnoló - gica e financeira.**

Como se enfatizou anteriormente, o Brasil assentou seu mode - lo na seguinte concepção conjuntural:

- a) Opção pelo modelo de crescimento via expansão do se - tor industrial na primeira metade do presente sécu - lo;

- b) Implantação e implementação do quadro transformativo, acolhendo tecnologia já existente nas economias industrializadas;
- c) Dependência completa do parque transformativo e dos sistemas de transporte da energia do petróleo; e
- d) Consolidação do modelo de desenvolvimento, valendo-se de capitais internacionais face à carência interna de tais recursos.

O processo se complementou mediante a adoção de linhas de concepção nativa, tais como:

- a institucionalização do planejamento público interagido;
- implantação de política de estímulos fiscais e financeiros à iniciativa privada;
- diversificação da pauta monopolista de exportação primária (café);
- adequação do sistema financeiro nacional;
- idealização de um mecanismo social de poupança;
- implementação de métodos científicos de Administração - políticas fiscal e tributária, monetária e social; e
- idealização do estatuto da correção monetária.

Esperavam as Autoridades nacionais, como resultado do modelo:

a) a curto prazo

- . a oferta de novos empregos com a absorção da mão-de-obra estruturalmente desempregada e um correspondente aumento do produto;
- . elevação e melhor distribuição da renda; e
- . formação de mercado consumidor interno; e

b) a médio e longo prazos

- . capacidade competitiva a nível internacional; e
- . ascensão do Brasil à potência emergente.

Este esforço, entretanto, foi obstacularizado pelo custo

crescente da fonte energética de transformação e transporte, a partir de 1973, pela nova política de preços adotada pelos países produtores e exportadores de petróleo. Por não estar o Brasil fortemente vinculado à importação daquele insumo, continuou mantendo o seu acelerado processo de crescimento, conseguindo, perceptivelmente:

- 1º) Contra-partida da evasão das divisas com o dispêndio pela importação do petróleo mediante a ampliação e diversificação de sua pauta de exportações, principalmente dos manufaturados;
- 2º) fortalecimento do mercado de consumo interno mediante melhoria dos níveis de produtividade e correspondentes majorações nos salários reais; e
- 3º) redução do fenômeno inflacionário.

O modelo deparou-se, entretanto, com um novo impedimento em relação à expectativa "a", já que as nações desenvolvidas não lhe propiciaram, por meio da adoção de dispositivos legais, as condições necessárias para a implementação da política proposta, ineqüilibrando as exportações brasileiras.

A dependência externa, portanto, tornou-se ainda mais férrea e significativamente perturbadora dos eventos político-econômicos, relacionados com o modelo de crescimento, assim equacionados:

- i) endividamento externo pelos recursos que possibilitaram a implantação do modelo;
- ii) consolidação da dívida pelo correspondente atendimento das remunerações traduzidas pela utilização dos recursos de capital (dividendos e/ou juros) e recursos tecnológicos (royalties);
- iii) redução nos estoques de reservas internacionais, face à necessidade de atender-se ao equilíbrio do Balanço de Pagamento com capitais compensató-

rios; e

- iv) compulsoriedade quanto à captação de novos aportes externos de financiamento para atender-se a obras e investimentos públicos já deflagrados e de alto alcance econômico e social.

Manietado o modelo com o aparecimento do perigoso condicionamento externo, nada mais restou ao Governo se não pretender amenizar a conjuntura vigente, adotando uma política econômica de desaquecimento ao processo de crescimento do produto interno.

O modelo dinâmico poderá ser oportunamente retomado, quando condições propícias e mais equilibradas se lhe apresentarem, reduzindo-se, correspondentemente, o grau de dependência externa, quando, então, a Nação partirá para a adoção de um modelo de crescimento autosustentado, o que propiciará condições excepcionais para consolidar a sua histórica posição de liderança no concerto das Nações do Terceiro Mundo.

5.4.3. Necessidades Quando à Infra-Estrutura Social.

Uma Nação somente far-se-á forte à medida em que permitir a preservação da estabilidade sócio-política, assegurando a participação consciente das classes produtoras, dos trabalhadores e, em geral, de todas as categorias vitais a seu desenvolvimento, nas suas diferentes manifestações.

O quadro será alcançado, desde que se permitam:

- a ampla disseminação dos resultados do progresso econômico, abrangendo-se todas as classes de renda e todas as regiões;
- a efetiva participação popular no processo político;
- a plena e democrática atuação das instituições que compõem os compartimentos do Poder Nacional;
- a estabilidade do sistema através de um esquema de segurança adequado, quer se refira à ótica interna, quer à

- externa; e
- a consolidação e melhoria dos níveis de desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

5.5. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Os desempenhos econômicos, sociais, culturais, políticos e éticos seriam, assim, uma decorrência normal da atuação do modelo. Somente através deste leque de alternativas é que se estará deferindo ao homem um atendimento compatível com seu quadro de aspirações, e não ficará o meio social emulado pela existência de motivações psicológicas em situações de frustração-agressão.

Em assim sendo, desde que a ação do Poder Público se submeta ao amplo controle político, quer seja em relação à implementação das medidas decorrentes, o consenso comunitário brasileiro será efetivamente alcançado e o PODER NACIONAL se mostrará devidamente robustecido. Tal fato ensejar-lhe-á, conseqüentemente, a capacidade motivadora para remeter-se à ação externa, ampliando a conjuntura internamente estratificada.

E é esta a expectativa que se evidencia em relação ao Brasil; é sobre ela que se assentará o MODELO apresentado no Capítulo em seqüência, que se configura como corolário da presente Dissertação.

AREAS ESTRATÉGICAS PARA A AÇÃO EXTERNA.

6.1. NECESSIDADE DE UM NOVO MODELO DE AÇÃO.

"O especialista em desenvolvimento, qualquer que seja, encontra-se empenhado numa atividade decisiva em prol da Humanidade. É seu dever ser nada menos que o gume da ferramenta que abrirá caminho a uma transformação tecnológica, social e econômica, para criar melhor padrão de vida e existência mais plena para a maioria das pessoas. Sua tarefa envolve imensa complexidade prática e dificuldade intelectual - desfazer ceticismo, acender compreensão, estimular o crescimento da iniciativa e da inovação, introduzir o novo sem destruir o valor permanente do antigo". (50)

A tríplice distribuição das nações civilizadas - MUNDO DESENVOLVIDO, MUNDO PLANIFICADO e TERCEIRO MUNDO persegue, isolada e insistentemente, posições internacionais que lhe oferecem situações vantajosas. Poucas são as vezes em que ocorre o episódio da reciprocidade.

Sua atual catalogação remonta a raízes históricas, identificando-se o primeiro grupo com o liberalismo individualista do século XVIII, consolidado na política de "laissez faire" e estratificado na ideologia temática de ADAM SMITH. Originados tais sistemas nas estruturas feudais, guardaram, em si, a motivação para a utilização dos fatores disponíveis em benefício próprio.

Este espírito fez com que esses sistemas partissem em busca de oportunidades além fronteira, permitindo que aparecessem, no

(50) WOODS, George de - In ROBOCK, Stefan H. e SOLOMON, Leo M. - Desenvolvimento Internacional em Perspectiva., Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1970 : 11.

transcurso dos séculos XVIII e XIX, os expressivos domínios colonialistas nos continentes americano, africano e asiático.

Sua hegemonia política sucedeu à ideologia do mercantilismo, e somente passou a ser contestada a partir do final do século passado pelos ideais socialistas de MARX e ENGELS.

Liderado inicialmente pela Inglaterra, berço do movimento, o liberalismo individualista estendeu-se rapidamente para a comunidade européia continental, transferindo-se, posteriormente, para o outro lado do Atlântico, dadas as características da etnia colonizadora da nova nação - os Estados Unidos da América do Norte. Esta, consolidando seus ideais liberalistas e em se beneficiando do exacerbado surto nacionalista que sacudiu o continente americano no século passado, estabeleceu uma nova política de ação exterior, consubstanciada na DOUTRINA DE MONROE, evidenciando uma efetiva autonomia em relação à comunidade européia e referendando os ideais isolacionistas de George Washington.

Seus princípios gerais definiam:

- "I) a América não poderia, para o futuro, ser mais campo de expansão colonial européia;
- II) não se admitiria nenhuma intervenção da Europa nos negócios políticos internos ou externos dos Estados Americanos; e,
- III) os Estados Unidos da América do Norte abster-se-iam, por seu lado, de intervir na política européia." (51)

A ocorrência da Segunda Grande Guerra Mundial, envolvendo diretamente as nações européias, cristaliza a posição de liderança mundial dos Estados Unidos da América do Norte em relação ao contexto capitalista. Sua política externa, revelando os valores e as preocupações internos norte-americanos, não beneficiou em muito os ideais de autonomia e bem-estar das recém-independentes colônias européias na América, limitando-se a comandar as "economias

de periferia", o que, antes, era feito pela Europa.

"As relações da América com o mundo devem refletir os valores e preocupações internos norte-americanos. Já não é possível uma profunda discrepância entre a conduta externa de uma sociedade democrática e suas normas internas; a comunicação de massa num instante mostra o abismo e anula o apoio necessário à sua política externa. Assim como a nação preocupada com a ameaça comunista em seu território é capaz de cumprir uma rigorosa política anti-comunista no exterior, ou como a nação temerosa de revolução pode envolver-se em intensa atividade contra-revolucionária, também uma nação orientada para a justiça social e a adaptação tecnológica não pode deixar de se decidir a isso em nível internacional." (52)

Este consenso ainda se faz excepcionalmente presente e explica a índole intervencionista do Presidente Carter, com o desfraldar da bandeira da defesa dos DIREITOS HUMANOS.

O modelo norte-americano, beneficiado, durante longo tempo, pelo sentimento anti-colonialista europeu das novas nações emergentes, não mais sensibiliza, em igual magnitude, os países do Terceiro Mundo que reclamam das desigualdades historicamente sofridas em relação ao intercâmbio econômico-financeiro com a superpotência, os Estados Unidos da América do Norte.

O segundo bloco, o MUNDO PLANIFICADO, tem suas origens na transfiguração ideológica do liberalismo smithiano, provocado pela

(51) LITRENTO, Oliveiros L. - Manual de Direito Internacional Público., Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1968 : 57.

(52) BRZEZINSKI, Zbigniew - América: Laboratório do Mundo. A Era Tecnocrônica & o Desafio Universal., Rio de Janeiro (RJ), Editora Artenova S.A., 1971 : 229.

cupidez do lucro capitalista, obtido à guisa de situações concorrenciais imperfeitas e pela marginalização da "capacidade de barganha" do operariado, face à introdução, no parque fabril, da máquina-fatura.

Comentando tal evento, assim se manifesta HAROLD J. LASKI: o liberalismo

"procurou reivindicar o direito do indivíduo a modelar o seu próprio destino, independentemente de qualquer autoridade que pudesse limitar-lhe as possibilidades; entretanto descobriu que, inerente a essa reivindicação havia uma contestação inevitável, por parte da comunidade, à soberania do indivíduo. Procurou aliviar todos os entraves que a lei pudesse impor ao direito de acumular propriedade; e descobriu que a reivindicação desse direito envolvia o surgimento de um proletariado disposto a atacar as suas implicações. Numa palavra, mal atingia as suas finalidades, o liberalismo já se via compelido a enfrentar um desafio aos seus postulados, desafio esse que parecia destinado a mudar, infalivelmente, a ordem por ele gerada." (53)

Fundamentado no socialismo científico de MARX e ENGELS, e, baseado na análise crítica dos dois cientistas à ideologia capitalista, à qual vaticinavam completa auto-destruição, surgiu o comunismo internacional.

A Revolução Soviética de 1917, originando o surgimento do primeiro país assentado sobre a ideologia marxista, revelou um novo modelo para as nações que se emancipavam, passando o mundo, desde então, a viver atritado com a dicotomia ideológica recentemente surgida.

Condicionados, entretanto, os interesses dos países recém-li-

(53) LASKI, Harold J. - O Liberalismo Europeu., São Paulo (SP), Editora Mestre Jou, 1973, 1ª. Edição : 11.

berados do colonialismo capitalista ao colonialismo ideológico do Partido Comunista Soviético, pouco a pouco, o socialismo viu esmaecer a auréola, motivadora da novidade surgindo, no mundo atual, uma liderança que é questionada no próprio âmago dos países de economia planificada. Esse tipo de economia somente é adotada por nações que deixam sufocar seus interesses por grupos ideológicos minoritários, dominantes mas comprometidos com as diretrizes de Moscou ou Pequim. Esta emulação acaba por se esvair, pois vários Partidos Comunistas europeus questionam as linhas ideológicas do eixo citado e partem em busca de programas de caráter nacionalista, causando espanto e descrença nos povos que buscam um modelo político-econômico para suas próprias organizações sociais.

O terceiro e último bloco engloba os países que não conseguiram ainda liberar-se de seu processo de dependência externa, apresentando, conseqüentemente, uma expressiva subutilização de seus recursos de produção. Nesses países, os níveis de bem-estar são baixos, as densidades demográficas, expressivas e, normalmente, têm administrações autoritárias e tecnocratas. Engloba os países dito emergentes e as nações que lograram sua independência política nestes últimos dois séculos.

"Os países emergentes ... são os novos atores no palco econômico do mundo e, embora os países da América Latina tenham conseguido sua independência política há cerca de um século e meio, alcançaram, agora, uma época de crise de desenvolvimento. A maré da soberania política voltou-se recentemente para o mundo afro-asiático, e seu efeito durante a primeira década do período do pós-guerra foi libertar toda a metade meridional da Ásia, da Indonésia e Israel; a década seguinte testemunhou o mesmo resultado na África. Nada menos que dezesseis novos países africanos conseguiram independência completa nos anos ses

sentada." (54)

E são esses muitos países, espalhados pelos três continentes citados, que procuram um modelo compatível com suas aspirações nacionalistas, que se apresentam como um palco especial para a ação externa da nação brasileira, ao buscar ela consolidar sua posição de potência emergente.

"Os vastos territórios da Ásia, África e América Latina são as áreas em que se reúnem todas as contradições do mundo contemporâneo ; são as mais vulneráveis de todas as regiões sob o domínio capitalista e constituem os centros explosivos da revolução mundial." (55)

Mas, para que o Brasil preencha o hiato aberto pela inaceitabilidade dos modelos condicionantes das duas superpotências, será necessário que ele estruture uma nova concepção desenvolvimentista, coparticipada com reciprocidade de interesses, que implique em rentabilidade na proporção correta da colaboração emprestada. Sua posição pragmática no mundo moderno, ao desembaraçar-se dos cordéis manipuladores do capitalismo internacional e ao não subordinar-se à ideologia marxista da sociedade mundial, empresta-lhe uma tal configuração. Seu modelo pragmático deverá ser sua bandeira para tal intento.

"Toda sociedade, diante da expansão de suas necessidades e presa às limitações das técnicas produtivas e da disponibilidade de recursos, tem de enfrentar os problemas O QUE PRODUZIR, COMO PRODUZIR e PARA QUEM PRODUZIR. Não importa, de fato, como se distribui o poder político, como se organiza a coletividade -

(54) SAMPEDRO, J.L. - Forças Decisivas na Economia Mundial., Rio Janeiro (RJ), Zahar Editores, 1976.

(55) TSE-TUNG, Mao - In SAMPEDRO, J.L. - Op. citada.

de, como se imagina a natureza das contradições assim criadas, porque não existe nenhuma forma de organização social que seja capaz de iludir aqueles problemas: NAO HÁ SORTILÉGIO IDEOLÓGICO CAPAZ DE REPRIMIR A EXPANSÃO DAS NECESSIDADES DA COLETIVIDADE E NAO HÁ FORMA MÍSTICA CAPAZ DE SUPERAR AS LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E A LIMITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS ." ANTONIO DELFIM NETTO. Planejamento para o Desenvolvimento Econômico. (56)

São notáveis, como já foi analisado, os resultados obtidos em relação ao crescimento econômico do País. Seus índices do produto "per capita", comparáveis com os das maiores potências mundiais, atestam sua capacidade realizadora. Sua tradição pacifista e humanitária, aliada ao estigma da espoliação colonialista e à "dependência periférica" por que atravessou, asseguram-lhe condições psicológicas altamente favoráveis para avizinhar-se em direção às nações que, como ele, sofreram tais percalços. Basta que ele consolide o modelo já adotado e discipline seu encaminhamento em direção ao espaço externo, cuidando para que não se percam os poucos recursos de que dispõe o mundo subdesenvolvido para tarefa de tão magna envergadura.

É evidente que surgem preocupações constantes com relação às ligações existentes entre o Brasil e os países dos blocos liderados pelas duas superpotências. Tais ligações não deverão, em absoluto, ser cortadas, pois o crescimento da ação brasileira dependerá das interações econômicas, financeiras e tecnológicas mantidas com essas nações. O novo modelo, portanto, deverá revelar-se equidistante das duas ideologias, não apenas para que os vínculos de interesses já existentes sejam mantidos, como também para que possíveis antagonismos não sejam transferidos para as novas áreas onde irá atuar.

(56) DELFIM NETTO, Antônio.- In ROSSETTI, José Paschoal - Introdução à Economia., São Paulo (SP), Editora Atlas S.A., 1977 6a. Edição : 171.

Ao analisar a possível ação brasileira em direção ao espaço externo, expender-se-ia considerações no sentido de que esta ação devesse ser intentada em três etapas distintas:

- Etapa 1 - Continente Sul-Americano e África de expressão portuguesa;
- Etapa 2 - Área do Caribe, América Central e restante do Continente Africano; e
- Etapa 3 - Continente Asiático.

Claro está que a ação pretendida se mostra abrangente, não estando marginalizadas, portanto, ações setoriais em relação às etapas posteriores à da deflagração do processo.

6.2. ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA A AÇÃO EXTERNA.

6.2.1. A AMÉRICA LATINA.

"País de dimensão continental, possuidor de recursos imensos, confrontando-se com Estados mais fracos exceto ao Sul, com uma fronteira protegida por territórios vazios, uma população que excede 100 milhões de habitantes e em rápido crescimento sem que venha criar uma superpotência, o Brasil, desde 1964, vem não somente crescendo economicamente de maneira excepcional, como tem mantido um alto grau de estabilidade política e social. Nos últimos anos, vem seguindo sistematicamente uma estratégia mundial e regional de aumento de poder, influência e prestígio. Além disso, tem tirado vantagem de sua posição geográfica e econô

mica para se engajar num programa multifacetado - operando simultâneamente em duas frentes no hemisfério sul do planeta onde se alça claramente como o mais importante poder, deixando muito atrás seus três rivais (Argentina , Austrália e África do Sul), no Terceiro Mundo e na América do Sul." RONALD SCHNEIDER (57)

Embora independentes, em sua grande maioria, os países americanos de língua espanhola defrontam-se há quase 150 anos com o dilema da opção. Mantidos durante muito tempo como "economias de periferia", anseiam por novas expectativas de crescimento que os possibilitem a caminhar em direção a seus próprios destinos.

A expansão industrial, empreendida nos últimos anos, fê-los dependentes, financeira e tecnolôgicamente, do capitalismo internacional.

"Uma das primeiras perguntas que formulam os economistas e políticos da América Latina com relação ao problema do desenvolvimento científico é o de sua própria possibilidade na região, pelo menos ao nível dos países industrializados, tendo em conta seu alto custo em recursos humanos e materiais." (58)

Esta conotação, entretanto, deverá ser levada em seus termos reais, posto que tais países não despendem recursos humanos e materiais em pesquisa espacial, nem tampouco em sofisticação bélica , que são as mais onerosas e que inflam os orçamentos das potências industrializadas.

Assim, se interagirem seus interesses, poderão formar um apreciável montante de recursos e, em auto-sustentando seus parques tecnolôgicos, desenvolvê-los em consonância com suas efetivas aspiri

(57) SCHNEIDER, Ronald - in MATTOS, Meira - Brasil - Geopolítica e Destino., Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca do Exército - Editora, Co-Edição com Livraria José Olympio, 1975 : 79.

(58) TABAK, Fanny - Dependência Tecnológica e Desenvolvimento Nacional., Rio de Janeiro (RJ), Pallas S.A., 1975 : 35.

rações. Neste campo, uma excepcional participação poderia ser feita pelo Brasil, face à absorção e à transmutação da tecnologia importada às suas peculiaridades de desenvolvimento. E estas, conforme se analisou, não são diferentes das dos outros países terceiro-mundistas.

Outros setores de mútuo interesse, ainda no enfoque tecnológico, situam-se na área das pesquisas oceanográficas: mar territorial das 200 milhas e coparticipação na exploração da Antártida. Os três campos definidos, áreas de envolvimento tecnológico e financeiro expressivo, somente revelarão sua exequibilidade se seus esforços forem somados.

A hiléia amazônica, "pulmão do mundo", alvo da cobiça internacional, poderá provocar nova conjunção de interesses. Sua ocupação sócio-econômica se faz urgente, porém deverá ser feita sem que se desvirtuem suas características naturais, para que a região não se transforme em nova área de preocupação ambiental.

"... a grande verdade é que o interesse sobre a Amazônia no exterior não se reduz a querer conhecê-la como espaço exótico ou de produção de alguma matéria-prima, complementar das que o Oriente e a África exportam. É um interesse muito mais vivo que esconde outros propósitos, propósitos políticos, a que é preciso dar a devida consideração, pois significam perigo e exigem uma política capaz de impedir que se transforme em realidade muito amarga para o Brasil." (59)

Outra grande área de coparticipação político-econômica se evidencia nas trocas comerciais - talvez o passo mais fecundo empreendido até agora por esta comunidade - através da ALALC - Associação

(59) REIS, Arthur Cezar Ferreira - A Amazônia e a Cobiça Internacional., Rio de Janeiro (RJ), CEA - Companhia Editora Americana, Dezembro 1972, 4ª Edição : 226.

Latino-Americana de Livre Comércio e, em escala menor, com o Mercado Comum Centro Americano.

Nexte contexto, de certa maneira, é que alguns países conseguiram amenizar os percalços sofridos, a partir de 1973, com a crise internacional do petróleo.

"Las exportaciones han jugado un papel crucial en el crecimiento económico de América Latina. Los países que mejor soportaron la crisis reciente fueron aquellos que habían logrado diversificar sus economías e sus exportaciones - sobre la base de sus anteriores esfuerzos de industrialización - y continuaron estimulando estas últimas." (60)

Intercâmbios universitário e científico poderiam ser deflagrados visando a permuta de informações e de tecnologia dos campos administrativo, organizacional, industrial, agrícola e social.

A qualificação técnica e o ascenso cultural das populações latino-americanas poderiam ser buscadas e, pela elevação sócio-cultural de tais contingentes, permitir-lhes uma efetiva participação no processo político.

"Provavelmente, em nenhuma área de atuação social da América Latina, a separação entre a massa e a elite tornou-se tão aparente e provocou mais feridas que na esfera política. As causas desse hiato remontam do colonialismo e atravessam todas as fases da dominação patrimonial das classes feudais. Mesmo com a ascensão mais recente de representantes da classe média a algumas das posições de mando, o quadro não sofreu alterações substanciais, possivelmente porque o

(60) VRIES, Barend A. de - Las Exportaciones en el Nuevo Escenario Internacional: El Caso de América Latina., In Revista de la CEPAL - Naciones Unidas, Santiago del Chile, CHILE, Primer Semestre de 1977 : 95.

GRUPO MÉDIO APARENTEMENTE NOVO É APENAS UMA EXTENSAO DA CLASSE ALTA TRADICIONAL, TANTO EM TERMOS DE POSIÇÃO ECONÔMICA, QUANTO EM TERMOS DE VALORES BÁSICOS;" (61)

Para as comunidades das nações do CARIBE e da AMÉRICA CENTRAL, atualmente sofrendo visível influência dos Estados Unidos da América do Norte, seriam mediatas as ações a serem intentadas pelo Brasil e sua época será definida em função da consolidação alcançada junto dos países do continente sul-americano, que passariam a oferecer, em relação aos da América Central e do Caribe, repercussões afetivas via "efeito demonstração". Se exitoso o programa no Sul, a integração da Centro-América ao novo modelo será uma decorrência natural do processo.

O Brasil já empreendeu largos e abalizados passos em direção à integração da comunidade latino-americana; as recentes decisões na ONU e na OEA demonstram tal comportamento. Sua decisão de oferecer corredores de exportação aos países centrais da América do Sul propiciaram-lhe expressivos convênios em termos de coparticipação em novos empreendimentos (Hidroelétrica do Itaipú; prospecção de petróleo; implantação de subsidiárias de indústrias nacionais e outros).

Está o processo, portanto, em fase de implementação.

6.2.2. O Continente Africano.

"África, 1977. Um continente de contrastes, a exuberante natureza convive agora com a civilização. Ao lado de florestas e desertos inexplorados e de redutos naturais de mamíferos e aves, despontam chaminés de indústrias e lavouras irrigadas. No campo político, an-

(61) RICHERS, Raimar - Rumos da América Latina - Desenvolvimento Econômico e Mudança Social., São Paulo (SP), Editora Edgar Blucher, 1975 : 217.

tigas colônias transformaram-se da noite para o dia em nações independentes. A corrida contra o tempo procura compensar o ônus do período colonial." (62)

A maioria dos países africanos revela-se adolescente. Desvinculadas politicamente de suas antigas sedes européias, as jovens nações buscam a recuperação do tempo perdido e aguardam, no mundo conturbado de hoje, sugestões que viabilizem seus intentos. A África se constitui, portanto, em um presente e permanente desafio à capacidade de estruturação de soluções que exequibilizem seu desenvolvimento.

Graças à conjugação de uma série de fatores que apresenta, o Brasil tem uma posição privilegiada para empreender ações externas em direção à África. Semelhanças de clima, de geografia e do setor agrícola, bem como uma herança cultural comum; boa receptividade dos produtos brasileiros; posições comuns dos países em termos de desenvolvimento econômico e, se a tal contexto se agregar seu efetivo interesse em transferir para aquela área a tecnologia já adequada a um país tropical, antevê-se a excepcional oportunidade que apresenta para nova projeção internacional da nação brasileira, quando já se consolida sua posição no contexto latino-americano.

E para facilitar ainda mais esta nova interação, dispõe-se, na aquele continente, de nações gêmeas em expressão linguística - a África Subsaária - em alguns casos mais próxima de pontos brasileiros do que outros espaços dentro do próprio território nacional. Necessário, portanto, em primeira etapa, criar-se um modelo brasileiro para a ação externa do país na África Subsaária e, em particular, nos Países Africanos de Expressão Portuguesa e, mediatamente, preparar o pessoal para a operacionalização do modelo.

(62) BANCO DO BRASIL S.A. - DESED - Editorial - BB na África, Brasília (DF), Jul/Ago/Set/ 1977, nº 59 : 5.

Como desdobramento futuro, desde que vitoriosa em seu empenho inicial, interagir-se-á a experiência brasileira em direção aos demais setores do continente negro. Conseguido tal desiderato, conquistará o Brasil não apenas a amizade e a união com aquelas nações, mas, também, a cristalização de sua posição estratégica em relação ao Atlântico Sul.

A adequação do modelo de atuação é tarefa que transcende o presente trabalho.

6.2.3. O Continente Asiático.

A última etapa do processo de ação externa deverá ser efetivada em direção à comunidade asiática.

As distâncias que separam os dois interesses - o brasileiro e o asiático; as diferenças étnicas e culturais; os hábitos e a dependência russo-chino-japonesa não permitem, ao Brasil, uma ação que propicie resultados favoráveis a ambos os interesses, seja a curto, seja a médio prazos. Esta atuação poderia ser tomada como indébita e espoliativa, ainda que mínima em função dos recursos disponíveis, ficando, por isso, prejudicada uma reorientação futura.

Sua adequação deverá aguardar os primeiros resultados do Projeto África, pois as variações, comuns em termos de colonização, os elevados índices de crescimento demográfico e os baixos níveis de bem-estar não autorizam o Brasil a semelhante escalada.

QUADRO I - Brasil - evolução da economia - produção setorial
1967/1976

| | A N O S | | | | | | | | | |
|-----------------------------------|---------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 |
| Produto industrial (% do PIB) | 26,2 | 28,5 | 29,5 | 29,9 | 29,9 | 30,9 | 31,6 | 31,2 | 31,2 | 31,8 |
| Produto agrícola (% do PIB) | 19,2 | 17,7 | 17,1 | 16,5 | 16,5 | 15,6 | 14,5 | 14,3 | 14,2 | 13,6 |

Fonte: Ernane Galvão - O Dilema do Desenvolvimento, in Diagnósticos APEC -
1977 - nº 1 : 23/24

QUADRO II - Brasil - evolução da economia - população/PIB
1967/1976

| | A N O S | | | | | | | | | |
|----------------------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 |
| População (1.000 ha) | 85655 | 88209 | 90840 | 93387 | 96082 | 98854 | 101707 | 104642 | 107661 | 110123 |
| - Variação % a.a. | +2,98 | +2,98 | +2,98 | +2,88 | +2,88 | +2,88 | +2,88 | +2,88 | +2,88 | +2,88 |
| PIB (US\$ milhões) | 28663 | 31329 | 34149 | 37393 | 41618 | 46363 | 51648 | 56606 | 58870 | 64051 |
| - Variação % a.a. | +4,8 | +9,3 | +9,0 | +9,5 | +11,3 | +10,4 | +11,4 | +9,6 | +4,0 | +8,8 |
| PIB (per capita) | 337 | 355 | 376 | 400 | 433 | 469 | 508 | 541 | 546 | 578 |
| - variação % a.a. | +1,5 | +6,0 | +5,9 | +6,6 | +8,3 | +8,3 | +8,3 | +6,5 | +1,0 | +5,8 |

Fonte: Ernane Galvêas - O Dilema do Desenvolvimento, in Diagnósticos APEC, 1977 - nº1 :
23/24

QUADRO III - Mundo - evolução do PIB

1970/1971

| DESCRIMINAÇÃO (ordem decrecente valor PIB/71) | EVOLUÇÕES | | | | | | VARIÁÇÕES PERCENTUAIS | | | | |
|--|-----------------|----------------------|-------|------------------------|----------------------|-------|-----------------------|-----------|-------|------------------|--|
| | 1970 | | | 1971 | | | 1970/1971 | | | | |
| | A | B | A/B | A | B | A/B | C | D | E | PIB PERCAPITA | |
| | US\$ BILHÕES | POPULAÇÃO MILHÕES | US\$ | PIB US\$ BILHÕES | POPULAÇÃO MILHÕES | US\$ | PIB | POPULAÇÃO | C - D | | |
| 1 - Estados Unidos da Amér. | 970.800 | 204.880 | 4.738 | 1.042.400 | 207.050 | 5.035 | 7,37 | 1,05 | 6,32 | 6,26 | |
| 2 - Japão | 197.780 | 103.390 | 1.913 | 226.500 | 104.060 | 2.176 | 14,52 | 0,64 | 13,88 | 13,74 | |
| 3 - França | 144.470 | 50.770 | 2.905 | 162.680 | 51.250 | 3.174 | 10,31 | 0,94 | 9,37 | 9,25 | |
| 4 - Reino Unido | 120.430 | 55.730 | 2.160 | 135.120 | 55.570 | 2.432 | 12,19 | (0,29) | 12,48 | 12,59 | |
| 5 - Itália | 92.640 | 53.670 | 1.726 | 101.070 | 54.080 | 1.869 | 9,09 | 0,76 | 8,33 | 8,28 | |
| 6 - Brasil | 27.393 | 93.387 | 400 | 41.618 | 96.082 | 433 | 11,29 | 2,28 | 8,41 | 8,25 | |
| 7 - Áustria | 14.378 | 7.390 | 1.945 | 16.693 | 7.460 | 2.238 | 16,10 | 0,94 | 15,16 | 15,06 | |

Fonte: Erhane Galvéas - O DILEMA DO DESENVOLVIMENTO, in Diagnósticos APEC, 1977 - nº 1 : 25/26

QUADRO IV - Exportações mundiais (FOB)
1976

| CLASSIFICAÇÃO | PAIS (ES) | EXPORTAÇÕES | |
|---------------|--------------------|--------------------------|--|
| | | VALOR EM US\$ MILHÕES | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VOLUME MUNDIAL |
| 1º | Estados Unidos | 114.997 | 12,7 |
| 2º | Alema Federal | 101.977 | 11,3 |
| 3º | Japão | 67.167 | 7,4 |
| 4º | França | 57.162 | 6,3 |
| 5º | Reino Unido | 46.264 | 5,1 |
| 6º | Canadá | 40.155 | 4,4 |
| 7º | Países Baixos | 40.067 | 4,4 |
| 8º | Itália | 39.960 | 4,4 |
| 9º | Bélgica-Luxemburgo | 32.781 | 3,6 |
| 10º | Suécia | 18.445 | 2,0 |
| 11º | Suiça | 14.834 | 1,7 |
| 12º | Brasil | 10.126 | 1,1 |
| TOTAL | ----- | 583.935 | 64,40 |

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil - Volume 13, Nº 7, Julho/1977 : 296/297

QUADRO V - Importações mundiais (CIF)

1976

| CLASSIFICAÇÃO | PAIS (ES) | IMPORTAÇÕES | |
|---------------|--------------------|--------------------------|--|
| | | VALOR EM US\$ MILHÕES | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VOLUME MUNDIAL |
| 1º | Estados Unidos | 129.565 | 14,0 |
| 2º | Alemanha Federal | 88.209 | 9,5 |
| 3º | Japão | 64.748 | 7,0 |
| 4º | França | 64.391 | 7,0 |
| 5º | Reino Unido | 55.978 | 6,0 |
| 6º | Itália | 43.423 | 4,7 |
| 7º | Países Baixos | 40.696 | 4,4 |
| 8º | Canadá | 40.564 | 4,4 |
| 9º | Bélgica-Luxemburgo | 34.992 | 3,8 |
| 10º | Suécia | 19.254 | 2,1 |
| 11º | Suiça | 14.775 | 1,6 |
| 12º | Brasil | 13.623 | 1,5 |
| TOTAL | ----- | 610.218 | 66,00 |

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil - Volume 13, nº 7, Julho/1977 : 298/299

QUADRO VI - Brasil - evolução da economia - endividamento externo/reservas internacionais

1967/1976

EM US\$ BILHÕES

| | A N O S | | | | | | | | | |
|-------------------------|---------|-------|--------|-------|--------|-------|-------|--------|--------|-------|
| | 1967 | 1968 | 1969 | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 |
| Endividamento Externo | 3,3 | 3,8 | 4,4 | 6,1 | 6,6 | 10,2 | 12,6 | 17,2 | 22,0 | 29,0 |
| - Variação & a.a. | +10,0 | +15,2 | +15,8 | +38,6 | +8,2 | +54,6 | +23,5 | +36,5 | +27,9 | +31,8 |
| Reservas Internacionais | 0,3 | 0,3 | 0,7 | 1,2 | 2,3 | 4,2 | 6,4 | 5,3 | 4,1 | 6,5 |
| - Variação & a.a. | (25,0) | --- | +133,3 | +71,4 | +91,67 | +82,6 | +52,4 | (17,2) | (22,6) | +58,5 |

Fonte: Ernane Galvéas - O Dilema do Desenvolvimento, in DiagnósticosAPEC - 1977 - nº 1 : 23:24

BIBLIOGRAFIA

- 01 - ABREU, Alcides - Comércio Estratégico para a Ação Externa, Florianópolis (SC), in O Estado, 1977.
- 02 - ALMOND, Gabriel A. e COLEMAN, James S. - A Política das Áreas em Desenvolvimento, Rio de Janeiro (RJ), Livraria Freitas Bastos S.A., Julho 1969.
- 03 - AMARANTE, Napoleão Xavier do et alii, Terceiro Mundo - Estrutura Política de um Estado Tipo, Florianópolis (SC), Curso de Mestrado em Direito Público, UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Monografia, Julho 1974.
- 04 - BANCO DO BRASIL S.A. - Revista DESED, Brasília (DF), JUL / AGO/SET 1977, nº 59.
- 05 - BANCO CENTRAL DO BRASIL - Boletim, Brasília (DF), Volume 13, nº 7, Julho 1977.
- 06 - BRESSER PEREIRA, L.C. - Desenvolvimento e Crise no Brasil, São Paulo (SP), Editora Brasiliense S.A., 1970.
- 07 - BRZEZINSKI, Zbigniew - América: Laboratório do Mundo - A Era Tecnocrônica & O Desafio Universal, Rio de Janeiro (RJ), Editora Artenova S.A., 1971.
- 08 - BUESCU, Mircea - Evolução Econômica do Brasil, RIO DE Janeiro (RJ), APEC Editora S.A., 1974.
- 09 - CHURCHMANN, C. West - Introdução à Teoria dos Sistemas, Rio de Janeiro (RJ), Editora Vozes Ltda., 1972, 2a. Edição.
- 10 - COSTA, Jorge Gustavo da - Planejamento Governamental - A Experiência Brasileira, Rio de Janeiro (RJ), Fundação Getúlio Vargas - Serviços de Publicações, 1971

- 11 - DALLAND, Robert - Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro, Rio de Janeiro (RJ), Editora Lidador Ltda. , 1969.
- 12 - APEC - Diagnósticos, São Paulo (SP), APEC Editora S.A. , Volume 1, 1977.
- 13 - ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - Manual Básico, Rio de Janeiro (RJ), Estado Maior das Forças Armadas, Janeiro 1975.
- 14 - ESPELLET, Eddy Sampaio et alii - Objetivos Nacionais Permanentes, ADESG, Serviço Gráfico do Senado Federal , Brasília (DF), 1970.
- 15 - GALVES, Carlos - Manual de Economia Política Atual, Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1972.
- 16 - HOLANDA, Antônio Nilson - Elaboração e Avaliação de Projetos, São Paulo (SP), APEC Editora S.A., 1969.
- 17 - JAGUARIBE, Hélio - Desenvolvimento Econômico - Desenvolvimento Político, Rio de Janeiro (RJ), Editora Paz e Terra S.A., 1972.
- 18 - LACOSTE, Y. - Os Países Subdesenvolvidos, São Paulo (SP), Difusão Européia do Livro, 8ª. Edição, 1973.
- 19 - LAFER, Celso , in LAFER, Betty Mindlin - Planejamento no Brasil, São Paulo (SP), Editora Perspectiva, 3ª. Edição, 1975.
- 20 - LASKI, Harold J. - O Liberalismo Europeu, São Paulo (SP), Editora Mestre JOU, 1ª. Edição, 1973.
- 21 - LEBRET, L. J. - "Dynamique Concrète du Development - Contre la Faim", Paris (FRANÇA), Economie et Humanisme , Les Editions Ouvrières, 1961.
- 22 - LITRENTÔ, Oliveira L. - Manual de Direito Internacional Público, Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1968.

- 23 - MATTOS, General Meira - Brasil - Geopolítica e Destino , Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca do Exército - Editora, co-Edição com Livraria José Olympio Editora, 1975
- 24 - MÉDICI, Emílio Garrastazu et alii - I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND - 1972/1974, Serviço Gráfico IBGE, Brasília (DF), Dezembro 1971.
- 25 - MELO FRANCO, Afonso Arinos de - Problemas Políticos Brasileiros, Rio de Janeiro (RJ), Livraria José Olympio Editora, 1975.
- 26 - MICHELENA, José Augustin Silva - Crise do Sistema Mundial - Política e Blocos de Poder, Rio de Janeiro (RJ), Editora Paz e Terra, 1977.
- 27 - MOREIRA, Marcílio Marques - Indicações para o Projeto Brasileiro, Rio de Janeiro (RJ), Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1971.
- 28 - NACIONES UNIDAS - Revista de la CEPAL, Santiago de Chile (Chile), 1º Semestre de 1977.
- 29 - NASCIMENTO, José Camarinha - Brasil - Realidade e Desenvolvimento - As Instituições Sociais, Políticas e Econômicas, São Paulo (SP), Sugestões Literárias S.A., 1972.
- 30 - ODÁLIA, Nilo - O Brasil nas Relações Internacionais. - 1945 - 1964, in MOTA, Carlos Guilherme (Organizador) Brasil em Perspectiva, Rio de Janeiro (RJ), DIFEL - Difusão Editorial S.A., Julho 1977, 9ª. Edição.
- 31 - PEREIRA, Luiz - Trabalho e Desenvolvimento no Brasil , São Paulo (SP), Difusão Européia do Livro - Corpo e Alma do Brasil, XVII, Dezembro 1965.
- 32 - PESSOA, Mário - O Direito da Segurança Nacional, Rio de Janeiro (RJ), Biblioteca do Exército e Revista dos Tribunais Editores, 1971.

- 33 - PINTO, Aníbal e FREDES, Carlos - Curso de Economia - Elementos da Teoria Econômica, Rio de Janeiro (RJ), Forum Editora, Maio 1970.
- 34 - PINTO FERREIRA, Luiz - Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno, São Paulo (SP), Editora Revista dos Tribunais Ltda., Volume II, Junho 1971.
- 35 - RENAN, Iale - O Poder Nacional e a Realidade Brasileira, Rio de Janeiro (RJ)^a, Editora Rio Sociedade Cultural Ltda., Agosto 1977.
- 36 - REIS, Arthur Cezar Ferreira - A Amazônia e a Cobiça Internacional, Rio de Janeiro (RJ), CEA - Companhia Editora Americana, Dezembro 1972, 4^a. Edição.
- 37 - RICHERS, Raimar - Rumos da América Latina - Desenvolvimento Econômico e Mudança Social, São Paulo (SP), Editora Edgar Blucher Ltda., 1975.
- 38 - RIOS, José Arthur - in Pe. F. LEME LOPES, S.J. - Coordenador - Estudos de Problemas Brasileiros, Rio de Janeiro (RJ), Editora RENES, 1971.
- 39 - ROBOCK, Stefan H. e SOLOMON, Leo M. - Desenvolvimento Internacional em Perspectiva, Rio de Janeiro (RJ), Companhia Editora Forense, 1970.
- 40 - ROSSETTI, José Paschoal - Introdução à Economia, São Paulo (SP), Editora Atlas S.A., 1977, 6^a. Edição.
- 41 - ROSTOW, W. W. - "The Process of Economic Growth", Oxford, Clarendon Press, 1960, 2^a. Edição.
- 42 - SALLES, Colombo Machado - Projeto Catarinense de Desenvolvimento, Florianópolis (SC), Março 1971.
- 43 - SAMPEDRO, J. L. - Forças Decisivas na Economia Mundial, Rio de Janeiro (RJ), Zahar Editores, 1976.

- 44 - SAMUELSON, Paul A. - Introdução à Análise Econômica, Rio de Janeiro (RJ), Livraria AGIR Editora, Volume I, 8ª. Edição, 1977.
- 45 - SILVA, Victor da e BUESCU, Mircea - 10 Anos de Renovação Econômica, Rio de Janeiro (RJ), APEC Editora S.A., 1974.
- 46 - TINBERGEN, Jan - Programação para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro (RJ), Fundação Getúlio Vargas - Serviço de Publicações, Julho 1964.
- 47 - TABAK, Fanny - Dependência Tecnológica e Desenvolvimento Nacional, Rio de Janeiro (RJ), PALLAS S.A., 1975.
- 48 - WIEDEMANN, Luiz Felipe da S. - Brasil - Realidade e Desenvolvimento, São Paulo (SP), Sugestões Literárias S.A., 1972.
-